

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ – REITORIA ACADÊMICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

**TER UM FILHO OFICIAL DO EXÉRCITO: UMA DELEGAÇÃO
TRANSGERACIONAL?**

Silvana de Fátima Lima Molina

Recife/2006.

SILVANA DE FÁTIMA LIMA MOLINA

**TER UM FILHO OFICIAL DO EXÉRCITO: UMA DELEGAÇÃO
TRANSGERACIONAL?**

Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado em Psicologia Clínica, da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cristina Maria de S. Brito Dias

Recife/2006.

SILVANA DE FÁTIMA LIMA MOLINA

**TER UM FILHO OFICIAL DO EXÉRCITO: UMA DELEGAÇÃO
TRANSGERACIONAL?**

COMISSÃO EXAMINADORA

PROF^a DR^a CRISTINA MARIA DE SOUZA BRITO DIAS

PROF^o DR^o FRANCISCO HEITOR ROSA

PROF^a DR^a ALBENISE DE OLIVEIRA LIMA

RECIFE / DEZEMBRO 2006

DEDICATÓRIA

Dedico

Este trabalho a minha querida “véinha”, Doraline, que sempre foi um exemplo de mãe e companheira. Mulher corajosa e guerreira ensinou-me a lutar pelos meus projetos de vida com ética e dignidade.

AGRADECIMENTOS

Ao incentivo e apoio da minha querida mãe, Doraline, que sempre acreditou em meu potencial e talvez seja a pessoa que mais deseje o meu sucesso pessoal e profissional.

Ao meu amado marido, Douglas, que além de companheiro, construiu juntamente comigo a produção desse trabalho, debatendo conceitos e idéias, apoiando-me nos momentos de medo, angústia, assim como, expressando sempre muita disponibilidade e paciência para ajudar-me na produção de slides e formatação dos diversos trabalhos apresentados nas disciplinas do curso.

À minha orientadora querida, Cristina, que com seu jeito simples e prático, soube acompanhar e corrigir com competência o meu desenvolvimento, ajudando-me com muita ética e nobreza a construir esse trabalho.

Ao professor, Francisco Heitor, que mesmo sem conhecer-me pessoalmente, disponibilizou referências e material de consulta, inclusive, seu projeto de doutorado, bem como, contribuiu para a melhora do meu trabalho de pesquisa com muita sensibilidade, respeito e conhecimento.

À professora Albenise, que desde a elaboração do meu projeto inicial forneceu-me “dicas” fundamentais para que fosse aos poucos amadurecendo essa pesquisa.

Agradeço aos professores e colegas do mestrado pelos debates em sala de aula, seminários apresentados que muito contribuíram para o amadurecimento de meu trabalho.

Agradeço também aos militares e amigos do Colégio Militar do Recife, tais como: Cel Stuart, Cel Arrais de Souza, Ten Cel Almendra, Cap Gleide assim como, os da Academia Militar das Agulhas Negras pela disposição em prestar informações e, principalmente, pela recepção e disponibilidade do Ten Cel Stoffel, e dos tenentes Suzanne e Daniela.

Enfim, agradeço imensamente a todos os cadetes que contribuíram para que esse trabalho fosse realizado.

Guerreiros são pessoas
São fortes
São frágeis
Guerreiros são meninos
No fundo do Peito
Precisam de um descanso
Precisam de um remanso
Precisam de um sono
Que os tornem refeitos.

“Guerreiro menino” – Gonzaga Júnior

RESUMO

A maioria dos estudos sobre pais discute o desinteresse dos homens, em termos afetivos, pelos afazeres de seu filho. Porém, muito se tem falado sobre a construção de um “novo papel” de pai, embasado em novas perspectivas de gênero. Surge um pai sensível aos seus filhos e aberto ao diálogo. E o pai com formação militar e sua família não estão isentos dessas modificações sócio-culturais. Enquanto Oficial do Exército lidará com hierarquia e disciplina e, enquanto pai irá transmitir delegações, nos projetos pessoais e profissionais dos filhos. O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar a influência exercida pelo pai, Oficial do Exército, na decisão do filho homem para seguir carreira militar. Para isso, entrevistamos 20 (vinte) cadetes filhos e netos de militares do Exército e que estão cursando a AMAN. Os dados foram coletados através de entrevista semidirigida realizada com os participantes individualmente. Elas foram transcritas e analisadas com base na técnica de Análise de Conteúdo (MINAYO, 2004), tendo sido identificados 12 (doze) “núcleos de sentido”. Esses núcleos foram categorias que se destacaram pela frequência com que os cadetes as verbalizaram, apresentados em consonância com os objetivos específicos da pesquisa, que foram: investigar, na perspectiva do filho militar, as motivações e os sentimentos acerca da carreira militar, assim como, identificar os fatores facilitadores e críticos de sua carreira profissional e analisar as expectativas dele a respeito do futuro do próprio filho. Conclui-se, através dos cadetes entrevistados, o quanto é poderosa a influência do pai nas decisões dos projetos pessoais e profissionais do filho que escolhe ser oficial combatente do Exército. Observou-se o quanto a imagem do “pai, homem militar” é cultuada e legitimada como objeto a ser perpetuado nas gerações. O menino desde pequeno compreende a identidade masculina como símbolo de força e destemor, representada, inclusive, pela rusticidade da vida militar e o uniforme. Embora saibamos que não podemos generalizar os dados coletados, uma vez que se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa, podemos afirmar que esse pai direciona sistematicamente o cotidiano do filho, existindo uma espécie de “mito” inserido nestas famílias em torno do “ser militar”, estabelecendo que a meta familiar deverá manter, em pelo menos um dos filhos do sexo masculino um oficial combatente do Exército em cada geração. Observou-se também o modo de “interação / expulsão” estabelecido na família. Para que a “delegação” seja cumprida, e assim manter o compromisso de se “ter um filho oficial do Exército”, é necessário o afastamento, a saída do filho de casa para dedicação exclusiva as atividades militares através do sistema de internato na Academia. Parece - nos existir entre a família e o filho uma espécie de pacto que ora expulsa o filho e ao mesmo tempo rege o modo de vida deste. Esperamos que esse trabalho possa contribuir para a Psicologia Militar e outros estudos, uma vez que quase não há pesquisas voltadas para esse tema.

Palavras chave: Paternidade; família militar; transgeracionalidade.

ABSTRACT

Most studies about parents discuss the lack of interest by fathers, in emotional way, in their son's duties. However, these studies have shown trends towards the construction of a father's new role based on new gender perspectives. It raises a sensible father, and opened to dialogue. The military father and his family are not isolated from these social cultural modifications. As an Army Officer he will deal with hierarchy and discipline, as father, he will transmit delegations about personal and professional projects to their sons. The main focus of this research is to analyze the Army officer; fathers influence on his son's decision whether or not to follow the military career. This way 20 (twenty) cadets sons and grandsons of Army militaries form, that are studying at AMAN, were interviewed. The data were then transcribed and analyzed according to the technique to analyze content (MINAYO, 2004) where 12 (twelve) core of meaning was identified. These cores were categories that were spotted by the frequency that the cadets talked about, showed in accordance with the specific aims of the search, that were: to investigate, from military's sons view, the motivations and the feeling about the military career, as well, to identify easier and worst critical factors in this career and to analyze his expectations about his own son's future. So, we conclude through the cadet's interviews, how much powerful is the father's influence on the son's, decisions about personal and professional projects and choose to be an Army combatent officer. The frequency and the intensity of this image, of the "father, military man" is cultivated and legitimated as an object to be passed by through generation by generation was observed. Since a little boy, he understood the maybe identity as force and courage, represented, as well as, by rusticity of the male life and the uniform. Al though we know that we can't generalize the collected data, once it's a research of qualitative nature, we can any that this father systematically drives his son's routine, creating ouch a kind of mith these families around the "to be a military" establishing that the familiar goal ought to be to keep, at least, one of the sons as an Army's combatent officer in each generation. In order to have the delegation fulfilled and so to keep the commitment of "to have Army officer sons" it's necessary to be moved away, the son's move out from home to exclusive dedication to the militaries activities through the boarding school system in the Academy. It seems that should be, between family and son of agreement that once expulses the son and in the same time regency his way of life. Sons expect that this essay could contribute to the Military Psychology and other studies once there are few researches about this subjected, in Brazil.

Key words: Paternity; military family; transgenerationality.

SUMÁRIO

1. TRANSMISSÃO FAMILIAR	13
2. PATERNIDADE E FAMÍLIA	21
2.1 Paternidade e Masculinidade	30
3. FORMAÇÃO MILITAR	36
3.1 Formação do oficial combatente do Exército	39
4. OBJETIVOS E MÉTODO DE ESTUDO	45
4.1 Objetivos	45
• Geral	45
• Específicos	45
4.2 Métodos	45
• Natureza da pesquisa	45
• Participantes	46
• Instrumentos	48
• Procedimentos de coleta de dados	49
• Procedimentos de análise de dados	51
5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS	74
• I. Roteiro da Entrevista com o filho militar	74
• II. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	75
• III. Carta de aceite do Colégio Militar do Recife	76
• IV. Carta – convite aos cadetes	77
• V. Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.....	78
• VI. Entrevista com o Cadete N° 7	79

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre o papel da família na construção da subjetividade da criança. Em consequência, a intensidade de estudos voltados para a família ocidental cresceu, tendo em vista, inclusive, a diversidade de transformações nos papéis de gênero. Há um interesse em torno das mudanças que vêm ocorrendo na organização familiar resultantes de suas novas configurações e dos descasamentos, casamentos sucessivos, dentre outros. O papel da família diante de uma variedade de situações que o sujeito vivencia e a importância das figuras parentais tornou-se foco de estudos e pesquisas de várias áreas do conhecimento.

Desse modo, muito se tem falado sobre o papel do pai. O tom das discussões exploradas, inclusive, pela mídia, faz-nos refletir sobre possíveis mudanças no comportamento do homem diante da sociedade e, principalmente, inserido na família. Fala-se de um “novo pai”, capaz de se interessar pelos afazeres do filho de forma sensível reconhecendo, inclusive, a importância do vínculo afetivo e aberto para o diálogo. O pai indiferente, ausente, que julga ser sua única obrigação manter o sustento da casa, está desaparecendo pois, segundo Jablonski (1999), aparentemente o conceito de masculinidade e de paternidade estão em processo de transformação provocada, principalmente, pelo movimento de emancipação feminina.

Pensamos então na família do militar. Um grupo que não está isento dessas modificações sócio-culturais, uma vez que, como outras famílias, encontra-se repleta de complexidades e comportamentos que configuram sua dinâmica. O pai, Oficial Combatente do Exército, tem seu papel respaldado na concepção de um pai provedor, figura de autoridade e responsável pelo grupo familiar. Sua formação profissional é dirigida para liderar grupos, exercer autoridade e aprender a lidar com hierarquia e disciplina.

Nesse sentido, esse pai poderá trazer para sua família, esposa e filhos, reflexos dessa formação. E, na maioria das vezes, residirá nas proximidades dos quartéis para dedicação exclusiva à vida militar e, conseqüentemente, influenciará os projetos profissionais e valores pessoais de seus membros, transmitindo, inclusive de geração para geração, as “delegações” assumidas por laços de “lealdades”.

Essas “delegações” expressam a forma de relacionamento da família, sendo um termo criado por Stierlin (citado por DIAS, 2005) para “remeter ou encomendar uma missão por

laços de lealdade” entre os membros familiares. As expectativas assim assumidas pelas pessoas dão origem a um compromisso, uma “lealdade” que percorre as gerações.

Portanto, ter um filho homem oficial combatente do Exército poderá ser uma “delegação” transmitida do avô militar para o pai militar, e do pai militar para o filho militar, indicando uma representação narcísica, e, por isso, provocadora de identificação. Ou ainda, trata-se de uma expectativa familiar herdada entre as gerações, que influencia de maneira poderosa nas decisões pessoais e, principalmente, no processo de escolha profissional do filho homem.

Desta forma, faz-se necessário investigar a influência do pai militar na decisão do filho homem em seguir carreira militar, pois decidir ser Oficial Combatente do Exército implicará, como em qualquer escolha por uma profissão, necessariamente, em perdas e ganhos. Uma das perdas consiste em afastar-se do grupo familiar para residir na Escola Preparatória de Cadetes – EsPCEx ¹ (Campinas – São Paulo), preferencialmente no final da 2ª série do Ensino Médio, para dedicação exclusiva às atividades militares. Outra é vivenciar o regime de internato e ser treinado, inclusive, para defender a Pátria na paz ou na guerra, o que se constitui em um dos limites a serem ultrapassados. Para a família, na maioria das vezes, tal limite é um caminho a ser seguido carregado de emoções incalculáveis, pois, ainda na infância, os jovens terão a opção de através de amparo legal ou concurso, ingressar no Colégio Militar na 5ª série do Ensino Fundamental. Isso permitirá uma melhor apreensão dos valores e atributos que irão além de estimular, facilitar o desempenho do filho na Escola Preparatória de Cadetes do Exército – EsPCEx.

Começa, então, a corrida por uma vaga na Escola Preparatória de Cadetes do Exército – EsPCEx onde o jovem concorre com outros candidatos dos mais diversos estados. Com a aprovação, o filho terá que concluir com êxito a 3ª série do Ensino Médio na escola referida e irá ser transferido para a Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN ² que fica localizada em Resende – Rio de Janeiro. Neste momento, o Cadete (Oficial em formação) é portador do “Espadim de Caxias” (réplica miniaturizada do sabre do Marechal Duque de Caxias, símbolo de honra militar) e sairá, após 04 anos de curso com aprovação, recebendo o título de

¹ A EsPCEx (Escola Preparatória de Cadetes do Exército) é um estabelecimento de ensino militar, sediado em Campinas – SP, destinado a preparar jovens para o ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN – onde são formados os Oficiais combatentes do Exército Brasileiro. O curso engloba as disciplinas regulares da 3ª série do ensino médio e as necessárias à iniciação militar profissional. O ingresso é através de concurso em âmbito nacional.

² A AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) é um estabelecimento da linha de ensino militar bélico de nível superior do Exército Brasileiro, sediado em Resende – RJ. Responsável pela formação de oficiais da ativa, futuros chefes militares, das armas de infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia, comunicações, quadro de material bélico e serviço de intendência.

“Aspirante a oficial” em formatura. Nesta solenidade de conclusão, o espadim é devolvido pelo cadete, e o pai Oficial Combatente (se for o caso), estando na reserva (aposentado), entrega para o filho a “Espada de Oficial de Exército”, usada por ele mesmo em sua formatura, que fora guardada e preservada como herança do compromisso com a instituição e com a Pátria.

O pai, Oficial Combatente que vivenciou a mesma escola de formação e, por isso, ciente das dificuldades que serão vivenciadas na carreira militar e da possibilidade do filho nunca servir, temporária ou permanentemente, em sua terra natal, freqüentemente não questiona os motivos para ter um filho “Oficial do Exército”, e muito menos, os resultados dessa expectativa “herdada”.

Esse pai, na maioria das vezes, ainda adotando uma postura patriarcal, mantém-se como disciplinador, alimenta suas fantasias narcísicas ao desejar que o filho o siga na escolha da profissão, assim como mantém e repassa o compromisso em ter um membro familiar oficial combatente na próxima geração, representado simbolicamente pelo ritual de entrega da espada de oficial do Exército, para o filho.

Para o filho é uma escolha difícil, que aciona uma série de medos e valores pessoais. Confuso e, muitas vezes, estimulado pela estabilidade profissional enfatizada pelos pais e sociedade, ou ainda, pela garantia de salário compatível com o mercado, dentre outros, resolve prestar concurso, participando de todo o processo seletivo que corresponde aos âmbitos intelectual e físico.

São inúmeros os valores que vão influenciar na escolha por uma carreira militar, como oficial combatente: sociais, econômicos, políticos, psicológicos, entre outros. Portanto, investigar a psicodinâmica familiar onde seus membros decidem exercer uma carreira militar no Exército tornou-se o objetivo maior desta pesquisa. Outros questionamentos nos instigaram, como: De que forma o pai militar influencia nesta decisão? Que sentimentos são experimentados pelo filho militar acerca da vida militar? Quais são as expectativas que são transmitidas entre as gerações? Quais são as repercussões da dedicação à carreira militar na vida familiar?

Essas e outras questões surgiram no cotidiano dos atendimentos psicológicos realizados por nós aos pais e filhos que buscaram ajuda na Seção Psicopedagógica do Colégio Militar do Recife. Acreditamos que pensar sobre a identificação do filho e do pai “portador do perfil militar” é tarefa, também, da família. A freqüência de pais decepcionados e frustrados com os filhos que não seguiram a carreira militar é digna de nota. O desejo dos pais que

sonham ter o filho “Oficial Combatente do Exército”, principalmente os militares, é muito forte. Nota-se, inclusive, que alguns não estimulam outras alternativas de trabalho, como, por exemplo, a entrada dos filhos em universidades, como também é observada a ausência dos pais no momento de outras escolhas feitas pelos filhos.

Todos esses fatores contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho, o qual ficou estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo - Transmissão familiar - fizemos um breve levantamento dos principais conceitos que envolvem a perspectiva transgeracional, uma vez que essa teoria perpassa a pesquisa. Nesta parte, coletamos de vários autores aquilo que consideramos básico e fundamental, diante da complexidade que envolve os pressupostos psicanalíticos. O nosso objetivo foi oferecer alguns elementos que permitissem a compreensão dos fenômenos que são transmitidos entre as gerações de uma família, sem pretender esgotar os fundamentos dessa teoria. No segundo capítulo - Paternidade e família - buscamos situar o conceito de paternidade e o exercício desta, associado às mudanças no contexto social. Aqui ressaltamos, a partir de vários autores, a importância do pai no contexto real, na construção da subjetividade da criança, assim como a diversidade de representações atuais da masculinidade que influenciam no amadurecimento da respectiva identidade. Esse direcionamento teórico originou-se, inclusive, de um dos requisitos exigidos para inscrição e ingresso na EsPCEX e AMAN, que é a obrigatoriedade de ser do sexo masculino. No terceiro capítulo – Formação militar – foram enfatizadas as características peculiares da formação do Oficial Combatente do Exército, uma vez que esta instituição oferece uma diversidade de escolas de formação, com perfis profissionais direcionados para o cargo a ser ocupado nas inúmeras organizações militares, sejam: hospitais, escolas, unidades operacionais ou quartéis gerais. Nesse capítulo, buscamos caracterizar o contexto e o cotidiano militar, algumas normas e regulamentos do oficial combatente, trazendo noções básicas sobre as diretrizes que definem o perfil deste profissional. Os dados foram adquiridos através de portarias consultadas no site oficial do Exército no período de realização da pesquisa, assim como de informações coletadas durante nossa visita na AMAN e exemplares da revista Verde Oliva.

Em seguida, são apresentados os objetivos da pesquisa e o método utilizado, os resultados, as discussões e, por fim, nossas reflexões e apontamentos sobre a pesquisa realizada.

1. TRANSMISSÃO FAMILIAR

Geralmente quando falamos sobre “herança familiar” é comum associarmos o termo às questões de patrimônio, riqueza e bens de uma família, ou ainda, à hereditariedade presente nos genes, como fator responsável pela semelhança física entre familiares. Comenta-se sobre direitos de posse, noções de partilha, com doações de objetos considerados de valor entre os membros da família, assim como questiona-se sobre a influência dos traços físicos e o potencial biológico dos pais que são repassados aos seus descendentes.

Não é por acaso que em alguns filmes, novelas e seriados, são enfatizados as tramas que envolvem, principalmente após a morte de um ente querido, conflitos familiares em relação à identificação dos herdeiros e seus respectivos direitos diante da herança. Não são poucos os processos jurídicos que transitam em cartórios civis e revelam o desejo, por parte de integrantes da família, pela tomada de posse da herança. Encontramos também inseridas nesse âmbito, decisões sobre a veracidade da paternidade embasada num teste de consangüinidade. Todos estes fatos decorrem da busca pela legitimidade daquilo que é transmitido de pais para filhos, ou seja, a dita herança familiar. Seja no âmbito da biologia, seja na área jurídica, desde os primórdios da família antiga até as novas configurações familiares, a questão da “transmissão familiar” retrata uma complexidade contínua.

Podemos afirmar que os processos de transmissão, que atravessam gerações familiares, vão além dos aspectos referentes aos bens materiais ou genéticos. Encontramos pesquisas científicas que fazem referência sobre a força da família na sua perpetuação no que diz respeito, sobretudo, ao reconhecimento das influências que herdamos como fatores que influenciam no nosso comportamento diário. Para alguns estudiosos, não há como negar a importância do passado na construção do presente, pois este faz parte da nossa história. Sabemos, inclusive, que é a partir da família de origem que atribuímos significados aos acontecimentos e construímos outros vínculos afetivos.

No que diz respeito ao campo psicológico, Falcke e Wagner (2005, p.25) enfatizam a importância da compreensão do conceito de “transgeracionalidade” no estudo da dinâmica familiar. Segundo essas autoras, o termo aponta para o resgate dos elementos que são repetidos e mantidos na família, entre as gerações. A perspectiva transgeracional baseia-se nessa permanência de representações que constroem a história da família.

Todo indivíduo se insere em uma história preexistente, da qual ele é herdeiro e prisioneiro. Isso ocorre porque a identidade do indivíduo se constitui a partir desse legado familiar que, por sua vez, define o lugar que ele passa a assumir na família.(FALCKE; WAGNER 2005, p.26).

Dessa forma, em todas as famílias existe uma espécie de herança de atribuições e de papéis, que são repassadas ao longo das gerações, influenciando o modo de vida do sujeito e, conseqüentemente, o processo de subjetivação. A expectativa familiar torna-se o objeto mediador e de forte influência nos sentimentos de pertencer ou se diferenciar do grupo, enquanto sujeito. O não-cumprimento desses papéis herdados poderá causar sentimentos de frustração, fracasso ou de culpa entre os membros familiares.

Para Falcke e Wagner (2005, p.28), a forma como essas transmissões da família de origem vão afetar os parentes, depende do momento do ciclo evolutivo vital da família em questão. Algumas fases consideradas “períodos de crise”, como, por exemplo, o casamento do filho, são mais propensas ao estresse e, conseqüentemente, à repetição de atitudes, tabus e mitos.

Esses “períodos de crise” que, segundo Cerveny e Berthoud (1997, p.12), são classificados em “previsíveis” e “imprevisíveis” fazem parte da evolução da família. Porém, apesar de serem inerentes às fases do ciclo vital familiar e proporcionarem amadurecimento do grupo, mobilizam medos, inseguranças e modificam o funcionamento, normas e valores da dinâmica familiar.

Krom (2000), ao falar sobre as influências que percorrem as gerações, aponta para as diversas expectativas e projeções que recebemos dos nossos familiares. Relata sobre as delegações e os conteúdos que, por vezes, acolhemos e chama a atenção para a forma determinante que esses fatores têm nas nossas realizações pessoais.

Para Krom (2000, p.26), é importante identificar como são acolhidas essas expectativas e como estão sendo manejados os rituais para a manutenção dos mitos, uma vez que, na maioria das vezes, adquirem um “caráter sagrado” e vão permear todas as relações na família:

Os rituais podem se apresentar como uma série de atos e comportamentos estritamente codificados na família, que se repetem no tempo e dos quais participam todos ou uma parte de seus membros, tendo, sobretudo na família, a tarefa de transmitir a cada participante valores, virtudes, e modalidades de comportamentos relativos a situações específicas ou vivências emocionais (KROM, 2000, p.30).

Os mitos são os sentidos que a família atribui à vida e que se repetem de geração a geração. Eles podem ser construtivos ou desorganizadores. Os construtivos são aqueles que procuram manter o ideal do grupo familiar e os desorganizadores provocam estresse na família.

Logo, para essa autora, é na família que se inicia a construção do *self*, uma vez que, somente através do “sentido de pertencimento e diferenciação” vivenciado no grupo familiar, é que o sujeito busca sua identidade. Assim, é relacionando-se com as figuras parentais que identificamos o lugar que ocupamos na família, e podemos perceber “as lealdades invisíveis” impostas pelas normas da família (KROM, 2000, p.16 e 17).

Essas “lealdades invisíveis” são os vínculos psicológicos estabelecidos na família. Elas têm a função de determinar os compromissos entre os membros familiares, reforçando expectativas estruturadas em gerações anteriores, como se fossem “mandatos” que classificam a qualidade dos laços.

Quando se negam esses vínculos, ou não se atribui a eles a importância aberta, as pessoas se mostram comprometidas de modo inalterável e profundo com a compensação pelos benefícios recebidos, permanecendo vinculados com seus parentes consangüíneos, numa perpetuação de endividamento e de reciprocidade. (KROM, 2000, p.18).

Dessa maneira, dependendo de como é recebido esse “mandato” pelo membro familiar, seja numa conduta de aceitação ou de rejeição, é que serão fortificadas as alianças ou minimizados os vínculos afetivos. A comunicação e a troca de sentimentos funcionam de acordo com o modo que se integram às antigas relações e às novas, se repetindo sucessivamente entre as gerações.

Andolfi e Ângelo (1988, p.34) complementam essa idéia quando estudam os “triângulos e redes trigeneracionais”. Para esses autores, o sujeito vai se constituindo na relação com o mundo externo num processo de troca e, assim, aprende as coordenadas familiares. O comportamento de cada membro familiar atual é construído através de:

[...] metáforas relacionais, ou seja, como sinais indiretos de necessidades e envolvimento emocional do passado que encontram o espaço e o tempo para manifestar-se concretamente nas relações presentes. (ANDOLFI; ANGELO, 1988, p.36).

Portanto, segundo esses estudiosos, na medida em que essas imagens vão sendo incorporadas, são também assumidas como “verdadeiro código comportamental”, através da leitura elaborada pelo descendente familiar. A complexidade e a intensidade dos comportamentos são fatores que influenciam nesse processo de incorporação, assim como, quanto mais coeso o sistema familiar, mais repetitiva será sua dinâmica de funcionamento (ANDOLFI; ÂNGELO, 1988, p.37).

Falcke e Wagner (2005), ao se referirem sobre o conceito de “lealdade”, afirmam que esse termo pode ter um caráter político, psicológico e moral. Neste sentido, as autoras comentam:

O grau de lealdade dependerá da posição de cada indivíduo dentro do seu universo, o que se deve ao papel que lhe é delegado transgeracionalmente pela sua família. Para ser um membro leal a um grupo, o indivíduo deve interiorizar as expectativas grupais e assumir uma série de atitudes a fim de cumprir os seus mandatos. (FALCKE; WAGNER, 2005, p. 32).

Sendo assim, segundo essas autoras, a organização da “lealdade” na família está baseada nos princípios de justiça e, principalmente, no ideal de valores que fazem a identidade familiar e sua dinâmica de funcionamento. Nesse ponto, Falcke e Wagner (2005) se referem à presença dos mitos familiares como elemento organizador. Os mitos, segundo essas autoras, são construídos ao longo do tempo. Eles funcionam como diretrizes para os membros familiares.

São construções que vão se estabelecendo como verdades ao longo do tempo, visando preencher necessidades da família e possuindo um poder muito grande sobre seus membros, podendo até determinar seu destino. Como condutores das histórias familiares, os mitos, metaforicamente, deixam claro que tipos de comportamentos são esperados dos membros familiares, quais são aceitáveis e quais são proibidos, os tabus. (FALCKE; WAGNER, 2005, p.33).

Cervený e Berthoud (1997, p.55), ao comentarem sobre “valores familiares”, explicam que estes estão na base da formação do casal. Segundo essas autoras, é no casamento que se unem dois complexos sistemas familiares, cada um com sua história individual. Por isso, os casais precisam estabelecer um vínculo de confiança para mediar as diferenças e construir desejos e valores comuns. Assim, os valores familiares são transmitidos tanto de forma explícita, através, por exemplo, de verbalizações entre os entes queridos, como implicitamente, através dos desejos inconscientes, cujas raízes estão em vivências precoces.

De acordo com Prieur (1999, p.19), a humanidade é resultado da “longa cadeia de transmissão” e, segundo ele, essa cadeia é determinante na construção da identidade do sujeito. Para esse autor, o elo entre gerações, as relações do passado são fatores que regem o funcionamento da família e o processo de sucessão faz parte de uma hereditariedade psíquica.

Prieur (1999, p.21) para justificar a transmissão entre gerações, aponta para o conceito de “donatário” e explica que o ponto de partida é a doação no nascimento do ser humano. Nesse momento, gera-se uma “dádiva” de ser concedida à vida, e, assim, o sujeito é “donatário, no ventre materno, mesmo antes de nascer”. Para o autor, é necessário que a família reconheça na criança a posição de recebedor e estabeleça vínculos por si mesmos. Ressalta ainda que é necessário que o ser humano se classifique como “donatário”, pois somente dessa forma poderá, posteriormente, se identificar como sujeito e estabelecer as diferenças no grupo familiar.

A “dinâmica da dádiva” é um conceito fundamental nos estudos de Prieur. Segundo esse autor:

Dar é, por um lado, separar-se, mostrar que nos diferenciamos do mundo e dos objetos que damos e ao mesmo tempo transmitir algo de pessoal no que se dá. Poder-se-ia então dizer que dar é desfazer-se de uma posição passada de donatário e ao mesmo tempo envolver-se inevitável e definitivamente nessa experiência (PRIEUR, 1999, p. 22).

Portanto, para Prieur (1999) a “dádiva” é algo estruturante e por isso sua distribuição não pode ser igual entre os filhos. Ela será repartida de acordo com as necessidades e a disponibilidade dos pais, sendo fundamental sua ocorrência no grupo familiar.

Eiguer (1998, p.21), ao comentar sobre a “transmissão da vida psíquica entre gerações” aponta-a como fator fundamental para a compreensão da dinâmica familiar. Afirma que na medida em que surgem indagações sobre o “lugar dos desejos imaginários de cada um dos pais, inspirados na representação de seus antepassados” é que se poderá acompanhar o caráter fundador da família. Para esse autor, através da transmissão psíquica entre gerações é que são repassados os mitos, os modelos de parentesco e os projetos de vida de cada membro familiar.

As representações entre gerações organizariam, por exemplo, a escolha de objeto dos parceiros: o tipo de família que se deseja *fundar*, e a educação que se pensa ser melhor e a mais conforme com o ideal familiar já são pressentidos aí. Os objetos ancestrais podem, eventualmente, estar associados ao outro ou aos objetos internos deste outro. (EIGUER, 1998, p. 23).

Esse autor focaliza em seus estudos a importância das representações de afetos primitivas. Para ele, no vínculo amoroso do casal de origem da família já podem existir conteúdos ancestrais que se completam e respondem às lacunas afetivas. É como se um parceiro correspondesse ao outro, de forma particular e recíproca. O lugar que o outro ocupa é organizador e remete ao equilíbrio.

Eiguer (1998, p.24) vai chamar esse lugar de “caráter fundador da família” e daí surgirá o “objeto de transmissão psíquica”. Para ele, esse objeto é mantido através das palavras e coisas e tem a função de ser perpetuado.

Ele fala de um ancestral, um avô (antepassado) ou outro parente direto ou colateral de gerações anteriores, que suscita fantasias, provoca identificações, intervém na constituição de instâncias psíquicas em um ou em vários membros da família (EIGUER, 1998, p.26).

A mensagem inconsciente compreendida através do “objeto de transmissão psíquica” será repassada de forma intacta e sem transformação entre as gerações. Haverá, segundo Eiguer (1998, p.130), alguns descendentes que poderão vir a ser “depositários forçados de um destino implacável”.

Observa-se, assim, o enfoque dado às questões ancestrais. A transgeracionalidade adquire aqui força na identificação dos problemas familiares e, conseqüentemente, a origem da descendência torna-se fonte de investigação na terapia psicanalítica. Para Eiguer (1998), fica evidente que o modo como um “ancestral” e sua representação estão inscritos no inconsciente da família é que vão direcionar o funcionamento desta.

Kancyper (1999, p. 93), enfatiza a necessidade de o adolescente abandonar “a imagem tão idealizada e arcaica parental, para encontrar novos ideais em outras figuras, de alguma maneira mais adequada à realidade”. Comenta sobre o processo de desligamento do adolescente e o desafio, característico desta fase, como fator primordial da busca pela nova identidade.

Desta forma, a relação dos pais com o filho adolescente é balanceada pelas representações que serão elaboradas pelos pais e o manejo das mudanças das fantasias do casal, na medida em que vai surgindo uma nova identidade e os choques de interesses. “O adolescente permanece entretido em uma guerrilha de desgaste com os pais, para finalmente ficar detido em uma pseudo-indivuação” (KANCYPER, 1999, p. 93).

Segundo Papero (1998, p.74), Bowen foi um dos pioneiros no desenvolvimento da teoria dos sistemas familiares. Para este, as famílias humanas “são uma unidade emocional”, em que cada membro encontra-se associado uns com outros e, ao mesmo tempo, busca uma individualidade. Quando ocorre um desequilíbrio, a família vivencia um processo de “fusão, aglutinação ou indiferenciação”, ou seja, os membros familiares não apresentam um “grau de autonomia emocional, as pessoas se fusionam ou se fundem emocionalmente com outra para criar um eu comum”. O conceito de “diferenciação do eu” ocupa um lugar central na “Teoria de Sistemas Familiares”.

Para Papero (1998), essa teoria define como são estabelecidos o relacionamento familiar e suas projeções, assim como as ligações emocionais.

Quanto mais alto o grau de diferenciação apresentado por uma pessoa e por uma família, menos ligações emocionais indiferenciadas ou não-resolvidas terão de ser gerenciadas pelos indivíduos em seus relacionamentos. Vários fatores determinam o grau de ligação não-resolvida de uma pessoa em relação aos seus pais. O primeiro deles é o próprio grau de indiferenciação que estes últimos apresentam – legado do seu respectivo processo de relacionamento com seus pais. O segundo fator é maneira como os pais administram essa ligação em sua própria união. O terceiro constitui-se na intensidade da ansiedade à qual esses pais e suas expectativas familiares foram expostos ao longo dos períodos importantes de sua vida. (PAPERIO, 1998, p.78)

Ainda inserido entre os precursores da terapia familiar encontramos o alemão Helm Stierlin (citado por DIAS, 2005) que desenvolveu o conceito de delegação¹. Este autor aponta para a “missão” que é encomendada e deslocada entre os membros da família.

A pessoa a quem se delega algo está ligada à família por laços de lealdade² e a prova cumprindo a missão que lhe foi encomendada... a delegação pode se deslocar de três maneiras: quando a missão entra em atrito com os talentos, direções incoerentes e contraditórias, ou idade do delegado, podendo os pedidos serem excessivos e desequilibrar seu desenvolvimento psicossocial. (DIAS, 2005, p.6).

De acordo com Dias (2005, p. 06), Stierlin situa os modos de “interação/ligação” ou “expulsão/rejeição” de uma família, associados ao processo de delegação. Segundo essa autora, podem ser identificados nos mais diversos planos, seja afetivo, cognitivo ou na

¹ Delegação – Esta palavra vem do Latim “*delegare*” que por sua própria derivação significa “*remeter*” ou “*encomendar uma missão*”. A pessoa a quem se delega algo está ligada à família por laços de lealdade e a prova cumprindo a missão que lhe foi encomendada. A delegação não é necessariamente patológica, mas é a expressão de um processo relacional necessário e legítimo.

² Lealdade – Refere-se à existência de expectativas estruturadas, diante das quais, todas as pessoas na família assumem compromisso.

manifestação da lealdade. Os “valores/méritos” são responsabilidades que devem ser completadas e repassadas entre as gerações.

Desta forma, o processo de delegação funciona como perpetuação de um “legado” que, segundo Falcke e Wagner (2005), tem o objetivo de revelar para as gerações posteriores os valores e as regras que devem continuar na dinâmica familiar.

Trata-se de um processo constituído de duas etapas. Na primeira, a família tem que identificar o que quer transmitir (clarificação e destilação) enquanto, na segunda, deve arranjar um jeito de transmitir esses pacotes de temas, valores, e regras para a geração seguinte (transmissão) (FALCKE; WAGNER, 2005, p.39).

No que se refere à transmissão de gênero na família, Fleck, Falcke e Hackner (2005, p.107) chamam a atenção para o “legado social” que recebemos desde o nascimento. Nesse aspecto, os autores referem sobre a divisão de papéis femininos e masculinos e explicam a influência das crenças e dos valores sociais que influenciam na construção da identidade de gênero. Para eles, a família e a sociedade é quem elegem para a criança a conduta ideal para ser homem ou ser mulher e, assim, os indivíduos são influenciados pelos estereótipos sociais.

Diante do que foi referido, focalizaremos agora um dos mais complexos papéis a ser desempenhado pelo homem: a paternidade.

2. PATERNIDADE E FAMÍLIA

O tema “paternidade” é, atualmente, discutido por vários pesquisadores e estudiosos que trabalham sobre os mais diversos aspectos: jurídicos, biológicos e psicossociais. Em sua maioria, eles buscam definir com mais clareza o lugar desse pai na sociedade, seja em relação aos seus direitos e deveres no grupo familiar, seja no processo reprodutivo enquanto transmissor de seus genes. Acrescenta-se ainda a forma como a criança tem acesso às primeiras representações da masculinidade, principalmente, no que se refere à construção da subjetividade influenciada pelos conteúdos que são introjetados/projetados na relação com o pai da realidade. Todos esses aspectos são debatidos no intuito de identificar o papel do pai e, conseqüentemente, analisar sua influência no grupo familiar.

Ao realizarmos uma breve retrospectiva histórico-social da família, observamos, de acordo com Depois (1989), que nas sociedades primitivas não havia consciência da paternidade e não existia uma correlação entre a relação sexual e a fecundação. O papel do pai no processo de procriação só veio surgir no período Neolítico. A mãe, até então, era a única responsável pela filiação, atribuindo a concepção a um ato divino sob a forma de espíritos. Somente depois de séculos e, através de experimentos com animais surgiram as primeiras idéias sobre a paternidade e, em seguida, os dois modos de filiações - matrilinear e patrilinear.

Na verdade, Depois (1989) faz uma análise histórica e comenta sobre o conhecimento da paternidade como um movimento revolucionário diante da família, vida religiosa e vida sexual. Relata que o conhecimento da procriação foi uma descoberta experimental e foi através do contato com as mitologias e o progresso da arqueologia que se conseguiu uma datação mais precisa sobre a paternidade. Comenta, ainda, sobre a lenta evolução da descoberta da paternidade e se refere às lendas antigas que expressavam a ignorância do princípio da procriação, assim como, às origens do casamento e do poder procriador do acasalamento. Por exemplo, a mulher na China, durante muito tempo, foi reconhecida pelo seu “traço mais distinto, o par de seios”, e o homem ao “ato de trabalhar, sem nenhuma alusão peniana” (DEPUIS, 1989, p.07).

Essas sociedades matrilineares foram aos poucos sendo substituídas pelas sociedades patrilineares, na medida em que os homens mantinham controle sobre a procriação e tornavam-se chefes de família. Para Depois (1989), a descoberta da paternidade foi um marco social importante implicando na criação da família sob ótica de um parentesco biológico entre pai, mãe e filho.

This (1987) refere que ao estudarmos a paternidade e o instinto paternal, nos remetemos, necessariamente, às diferenças existentes entre “pai” e “genitor”. Portanto, para este autor, é preciso identificar esses papéis com clareza, uma vez que o genitor teria uma função na fecundação propriamente dita, sendo que, logo depois de terminada sua tarefa, sua missão na natureza estaria cumprida. Do ponto de vista da procriação da espécie, no mundo animal, o genitor, muitas vezes, é eliminado pela fêmea após a cópula e, sendo assim, é reconhecido apenas através do ato sexual. Ser pai, para This (1987), é algo que vai além daquele que fecunda, pois na ordem humana, não seria o que reproduz.

Um pai não é forçosamente aquele que, a uma mulher, fez um filho. Em muitos casos não há nenhuma garantia, dado que à mulher, apesar de tudo, podem acontecer muitas coisas, ainda mais se ela perambula. Por isso, “Papai” não é absoluto, forçosamente, aquele que é, é o caso de dizer, o pai no sentido real, no sentido da animalidade. O pai é uma função que se refere ao real, e não forçosamente o verdadeiro do real (THIS, 1987, p. 31).

Ariès (2000), quando analisa as transformações históricas ocorridas na família, na medida em que esta modificou suas relações internas com a criança, se refere ao exercício da paternidade. No período medieval, o pai permanecia absoluto e as crianças eram conduzidas, por volta dos sete anos de idade, para outras famílias, sob orientação de um mestre, para aprenderem as tarefas domésticas, podendo voltar para sua família de origem após um período de sete a nove anos de aprendizado.

Segundo esse autor, neste período, “o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem”. Era uma forma de ampliar os conhecimentos e a experiência prática de uma geração a outra. A criança desde muito cedo saía de sua própria família e, esta por sua vez, não estimulava o vínculo entre pais e filhos. Pois a família era “uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (ÁRIES, 2000, p. 158).

No Brasil, Costa (1994), relata que durante o período da família colonial o pai era figura de autoridade.

A família colonial fundou sua coesão num sistema piramidal cujo topo era ocupado pelo o homem, em sua polivalente função de pai, marido chefe de empresa e comandante de tropa. Do homem era exigida toda iniciativa econômica, social e sexual. Os demais membros do grupo ligavam-se mutuamente e ao pai, de modo absolutamente passivo. Toda aliança voluntária em função de objetivos comuns era excluída. O pai representava o princípio de unidade da propriedade, da moral, da autoridade, da hierarquia, enfim,

de todos os valores que mantinham a tradição e o *status quo* da família. (COSTA, 1994, p.95)

Portanto, a família encontrava-se respaldada num distanciamento emocional do pai que mantinha uma relativa indiferença entre os membros, filhos e esposas. O resultado desta atitude era o afastamento do homem para com o resto da família. “Quanto mais distante e inacessível, tanto mais autoridade possuía. Mulheres e filhos ouviam-no, de tempos em tempos, para obedecer” (COSTA, 1994, p.96).

Segundo esse autor, somente em períodos posteriores é que a família ganhará intimidade entre seus membros, pois a mulher, na maioria das vezes, sentia-se retraída com relação ao seu marido, o casamento estava voltado para interesses e não existia vínculo amoroso entre o casal. A responsabilidade da casa ficava por conta da mulher e isso facilitou seu isolamento nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos.

Com a chegada da medicina no século XVIII, a família e a casa passaram a ser reguladas pelas normas de higiene e o poder da figura do pai foi enfraquecido com o fortalecimento da palavra dos médicos na família moderna. Vagarosamente a família vai se transformando, e o convívio interno tão solicitado pela higiene aproxima os membros, dando um caráter sentimental e vai, aos poucos, se configurando a família nuclear.

Rocha-Coutinho (1994, p.27), ao analisar a transição da família feudal para a família burguesa, comenta sobre “a revolução sentimental da época moderna”. Refere que foi com o surgimento da sociedade industrial que aconteceram as principais mudanças na família e, conseqüentemente, nos papéis de pai, mãe e filhos.

Segundo essa autora, na medida em que foi dada prioridade aos afetos nas relações familiares e a mulher tornou-se “a principal responsável pela boa criação e educação dos filhos”, o poder do pai ressurgiu, de forma disfarçada, num discurso de uma imagem da mulher pronta para servir os outros. Nesta perspectiva, o pai ficaria isento da responsabilidade paterna e ainda, controlaria a passividade embutida no “caráter inato da maternidade” (ROCHA-COUTINHO, 1997, p.31 e 36).

Podemos dizer então que o pai seria o primeiro *outro* que a criança encontra ao sair da barriga de sua mãe. Ele é o terceiro elemento que, segundo Corneau (1997, p.27) “ajuda ao filho a construir uma estrutura interna”, pois é o pai que facilita o processo de diferenciação da criança na medida em que apresenta a “não-mãe e dá a forma a tudo que não seja ela”.

Corneau faz uma análise sobre a fragilidade masculina levantando reflexões sobre as imagens internas e o inconsciente coletivo referido por Jung. Questiona o silêncio do pai:

Todos os homens vivem mais ou menos em um silêncio hereditário que se transmite de uma geração a outra e que nega o desejo de cada adolescente de ser reconhecido, ou seja, confirmado pelo pai. É como se nossos pais tivessem sido condenados por uma espécie de lei do silêncio segundo a qual aquele que fala arrisca a vida, por ter traído um segredo. (CORNEAU, 1997, p.27)

É interessante observar que Corneau (1997, p.20) chama a atenção para a dificuldade do pai em estabelecer diálogos e relacionamentos. Refere que nossos pais foram vítimas da história e sempre fugiram de si, como se vivessem “enroscados em si mesmos ainda que não demonstrem”.

O autor, ao comentar sobre a fragilidade da identidade masculina, relata que o sofrimento dos homens é decorrente da ausência paterna. Faz uma análise sobre a “lei do silêncio” que perpassa as gerações. Para esse autor, a dificuldade do encontro entre pai e filho está associada a uma ausência de diálogo, afetividade e participação do pai no cotidiano do filho. A paternidade deve ser encarada com algo que mobilize sentimentos e por isso, é possível que o homem envolva-se e vincule-se ao filho afetivamente (CORNEAU, 1997, p.20).

Segundo Corneau (1997, p.27), o indivíduo somente irá “paternizar-se” quando abarcar no cotidiano do filho uma presença psicológica, pois “por sua simples presença, ele provoca a diferenciação. O pai ajuda o filho a construir uma estrutura interna”.

Parseval (1986, p.10) chama a atenção para a importância do estudo baseado na ideologia de uma sociedade. Refere as diferentes “teorias” da paternidade associadas à idéia de concepção do filho, gravidez, parto, pós-parto, e afirma que é preciso pensar a paternidade sob a ótica da “multipaternidade” na sociedade atual, uma vez que é algo indispensável para se compreender “as diferentes facetas da paternidade”. Essa autora explica que o “tornar-se pai” está vinculado, necessariamente, a um contexto cultural legitimado por um conjunto de crenças sobre a importância do pai nestes contextos, sendo esta imagem construída neste conjunto, e assim, determinante na representação social da paternidade.

Para essa autora, “o pai é inteiramente bloqueado nos diversos momentos; o máximo que se faz, em nossas sociedades, é lhe concedermos a parte que lhe cabe na concepção”. Sendo assim, para essa autora, o ponto-chave da paternidade encontra-se nos “*diferentes*

vetores da parentalidade (sangue, leite, espermatozoide)” e nos princípios ideológicos vivenciados pela sociedade (PARSEVAL, 1986, p.30).

A concepção de paternidade ocidental, segundo Parseval (1986), está permeada principalmente por um *mito de origem*, no qual a mulher não deverá ter dúvida sobre a identidade do pai. Enquanto a maternidade é certeza a partir do fato, a “dúvida paterna” é oposta no ato da procriação.

Para Roudinesco (2003) na medida em que a concepção familiar se apóia numa união de diferentes sexos, o pai seria como refere:

O pai é aquele que toma posse do filho, primeiro porque seu sêmen marca o corpo deste, depois porque lhe dá seu nome. Transmite, portanto, ao filho um duplo patrimônio: o do sangue, que imprime uma semelhança, e o do nome – prenome e patronímico-, que confere uma identidade, na ausência de qualquer prova biológica e de qualquer conhecimento do papel respectivo dos ovários e dos espermatozoides no processo de concepção. O pai não é, portanto um pai procriador senão na medida em que é um pai pela fala. (ROUDINESCO, 2003, p.22 e 23)

Nessa condição, Roudinesco vai dizer que a transmissão da autoridade, através do pai, é que mantém a ordem familiar. Para esta autora, na medida em que as separações entre os casais aumentam, o patrimônio familiar enfraquece. E é por isso que a sociedade ocidental pós-moderna expressa dificuldades para manter as funções simbólicas da família: regras de aliança e filiação.

Pincus e Dare (1987, p.50) fazem uma análise dos fatores que permeiam a família, antes, durante e depois do nascimento da criança. Pontuam o nascimento e a morte como eventos da vida que remetem, necessariamente, a medos e fantasias comuns nas famílias, e conduzem uma reflexão acerca dos novos papéis assumidos pelo casal: paternidade e maternidade. Os autores chamam a atenção para os possíveis conflitos que a paternidade poderá mobilizar no sujeito: “o novo pai terá de lutar com o sentimento de perda até que a família possa, encontrando um lugar para ele, criar um relacionamento a três”. Logo, poderão surgir dificuldades para aceitar a chegada da criança.

Para esses autores, a paternidade e a maternidade serão cada vez mais maduras na medida em que a mãe, ainda na gravidez, compartilha seus sentimentos com o pai podendo, assim, juntos vivenciar os medos e os conflitos típicos desta fase. A atitude do pai poderá estar correlacionada a sentimentos contraditórios, tendo em vista ansiedades e expectativas

“em ser um bom pai para seu filho” e, ao mesmo tempo, “ser um bom marido para sua esposa” (p.53).

Em algumas sociedades primitivas, segundo Pincus e Dare (1987, p.54), as esposas ao entrarem em trabalho de parto, compactuam a “couvade” com seus respectivos maridos, ou seja, o pai permanece deitado na cama, sentindo dores, como forma de “proclamar sua paternidade”. Embora saibamos que na sociedade atual a couvade não exista de forma direta, é importante enfatizar que esse pacto das sociedades primitivas expressa a necessidade da participação do pai e o reconhecimento do mesmo pela criança.

Prado (1996, p. 98), refere que a chegada de uma criança origina uma série de novos papéis na família. Surge um conjunto de modificações que vão desde a própria concepção de paternidade e maternidade do novo casal, até as “funções de parentalidade” entre os outros membros familiares. O autor faz uma análise sobre a construção do psiquismo do bebê e a influência das relações passadas de seus pais, no que se refere ao desempenho dos papéis de pai e mãe. Chama a atenção para as expectativas que são construídas, além das formas de interação pais e filhos baseados nestas imagens.

Ao analisar a paternidade, Nolasco (1995) comenta sobre a relação existente entre o *novo homem* e o *novo pai* na contemporaneidade. Para ele, na medida em que os pais vão se envolvendo afetivamente com os filhos rompendo, dessa forma, o estereótipo social construído anteriormente, a identidade masculina também é reconstruída. A paternidade poderá ser uma maneira pela qual o homem busca mudar seu papel na sociedade.

Homem, masculino e pai são qualificações que definem um modo de inserção do sujeito na cultura da qual ele faz parte, mesmo que sejam meras ficções sutis utilizadas para controle e normatização da subjetividade dos indivíduos. Juntas, definem um padrão de comportamentos a ser seguido pelos homens. (NOLASCO, 1995, p. 150)

Todas essas qualificações serão exigidas pela sociedade. A imagem de um pai grandioso é reforçada, também, por alguém distante e castrador. Uma polaridade que se expressa na falta de afeto. Assim, para Nolasco (1995), o homem contemporâneo busca uma nova identidade e não sabe como alcançá-la. Terá que exercer sua paternidade sem se identificar com seu pai, pois, caso contrário, ele estará repetindo atitudes embasadas numa “mídia moral” (p.152).

Um “novo homem” nascerá de outro paradigma sobre a paternidade que o possibilitará compreender melhor ele próprio e a vida. Um aprendizado visceral, construído a partir do cotidiano, do conhecimento das mais diferentes formas de manifestação do “universo subjetivo” do filho. (NOLASCO, 1995, p.152).

Gomes (1998, p.175), ao se referir sobre a dimensão do gênero e sua relação com a paternidade, aponta para uma interdependência entre os temas. Afirma que “o exercício da paternidade está intimamente relacionado às questões de gênero como fios que se entrelaçam formando uma trama”. Comenta que ao estudarmos os papéis sexuais inseridos numa cultura, estamos também dimensionando o espaço para se exercer a paternidade e, assim, para se compreender a atualidade.

Para esse autor, é importante estudar as questões de gênero sob um enfoque relacional, ou seja, para se compreender o feminino e o masculino é necessário esquecer a dualidade em termos de oposição e trabalhar com a dialética de comportamentos. As questões de gênero não estão vinculadas, exclusivamente, ao campo biológico, e, por isso, a paternidade e a maternidade constituem uma construção social, embora, “seja comum à maternidade ser sugerida como função natural e a paternidade traduzida por uma função simbólica” (GOMES, 1998, p.179).

Silveira (1998) defende a constituição de um novo pai. Faz algumas reflexões sobre a problemática do pai ausente, evidente nas diversas classes sociais, e comenta sobre os efeitos do desamparo em alguns jovens que foram moldados pela ausência de afeto.

Ao se referir sobre a diversidade de formas de exercer a paternidade, Silveira (1998) chama a atenção para a capacidade de identificar o lugar de pai:

É a capacidade de um conquistar o seu lugar que nomeará os integrantes de uma relação. Assim, nem todo progenitor irá se constituir em pai de sua cria, bem como nem todo pai será capaz de manter uma relação com seu filho na qual fique caracterizado. *O Exercício da Paternidade*, pois se dará a partir de um conjunto de práticas diversas inseridas na relação entre duas pessoas, independentemente de sexo, opção sexual, grau parentesco, raça ou idades daqueles que a componham, sendo que uma delas é identificada, conscientemente ou não, como pai, e a outra, como filha (SILVEIRA, 1998, p. 27).

Portanto, para Silveira o exercício da paternidade é algo construído numa relação de trocas permanente. A família deverá ficar atenta às novas formas de “gestão de autoridade” que estão surgindo com as transformações nos núcleos familiares. Com o número crescente de

divórcios, da mulher participando do mercado de trabalho, o núcleo familiar tradicional se desfazendo, o papel social do pai está sendo reconstruído.

No âmbito jurídico, Nogueira (2001, p. 67), ao falar sobre as vertentes da paternidade, aponta para uma construção afetiva como valor jurídico. Essa autora faz uma análise do sistema originário do Código Civil Brasileiro sobre a filiação legítima e ilegítima e comenta sobre os filhos “adulterinos” e “incestuosos”. Para ela, o conceito jurídico inicial da paternidade tem o objetivo de garantir a fidelidade no casamento, sendo assim, o “estabelecimento da paternidade jurídica é definida tomando em consideração o fato de ter sido a criança concebida dentro ou fora do casamento”. A paternidade é reconhecida através do casamento, ou seja, pai é o marido da mãe. O nascimento é o objeto de legitimação.

Ao falar sobre a “filiação sócio-afetiva”, Nogueira (2001) comenta que a Constituição Federal, ao criar o sistema unificado de filiação, proporciona também um movimento psicológico que determina a filiação afetiva e a noção de “posse de estado de filho” baseada na relação pai-filho:

O vínculo de sangue tem um papel definitivamente secundário para a determinação da paternidade; a era da veneração biológica cede espaço a um novo valor que se agiganta: o afeto, porque o relacionamento mais profundo entre pais e filhos transcende os limites biológicos, ele se faz no olhar amoroso, no pegá-lo nos braços, em afagá-lo, em protegê-lo, e este é um vínculo que se cria e não se determina (NOGUEIRA, 2001, p. 85).

Segundo essa autora, no espaço jurídico a paternidade vem se estruturando no terreno da afetividade, surgindo questionamentos sobre a veracidade do princípio biológico como um fator decisivo no direito internacional. Busca-se uma paternidade social com o exercício dos direitos e deveres inerentes a uma filiação.

Sendo assim, podemos dizer que o homem e o pai contemporâneos são diferentes daqueles da família burguesa. Resultante das significativas mudanças no modo de ser homem e ser mulher, ele vem construindo uma participação afetiva junto a seus filhos e esposa. Observa-se uma tendência cada vez maior nos cuidados com os filhos, interesse no sucesso profissional da mulher e ainda atenção à qualidade de vida a dois.

Ramires (1997, p. 29), ao comentar sobre o fim do “patriarcado”, refere sobre a importância do pai no desenvolvimento infantil ainda nos primeiros dois anos de vida, e conseqüentemente, uma paternidade permeada de afeto e cuidado com os filhos. Segundo essa autora, o modelo tradicional de paternidade – “frio e distante” – tem desaparecido:

A perspectiva emergente origina-se na idéia de que os homens são psicologicamente capazes de participar numa longa escala de comportamentos paternos e isso poderá ser bom para os pais e para as crianças, na medida em que eles assumirem um papel ativo nos cuidados e criação de seus filhos/filhas (RAMIRES, 1997, p. 31).

Assim, a interação pai-filho é fundamental para o desenvolvimento dos laços afetivos. A paternidade ganha um lugar no social, trazendo desafios para esse homem que revê sua identidade masculina na atualidade.

Segundo Dorais (1994), uma série de transformações vem influenciando no exercício da paternidade. A busca pela manutenção dos vínculos com as figuras parentais, diante das novas configurações familiares, as mudanças no mundo do trabalho para que seja favorecida a participação do pai no cotidiano da criança e a tecnologia que favorece a reprodução em laboratórios, são alguns desafios enfrentados nessa nova concepção de pai. Para esse autor, esses fatores envolvem questões éticas e legais e, conseqüentemente, emoções e ambivalências.

A nova paternidade considerada afetiva e social é uma paternidade escolhida, independente dos laços biológicos. O modelo atual de pai deve preencher “as necessidades de lugares de pertença e de continuidade” e revelar um espaço de apoio e ajuda mútua (DORAIS, 1994, p. 87).

Schettini (2005), quando aborda sobre o exercício da paternidade e fala sobre “pai do passado”, “pai do presente” e “pai do futuro”, chama a atenção sobre a paternidade como um processo em transformação. Para o autor, a figura do pai é de grande valia para o desenvolvimento psíquico dos filhos, embora não se deva fazer do pai um “modelo” e, muito menos, repetir a história do mesmo no processo de construção da identidade:

Diria ainda para meus filhos: não tentem fazer o que eu fiz, tampouco tentem ser o que eu fui. Sejam vocês mesmos, até porque não somos nem o que fomos e nem mesmo o que estamos -nos sendo; somos, na verdade, aquilo em que, a cada momento, estamos nos transformando. Portanto, não esqueçam que o meu passado é só meu. (SCHETTINI, 2005, p.18)

A paternidade é construída através da afetividade e, por isso, na ação de acolher. Para Schettini (2005, p.21) não se escolhe o filho; o pai descobre-se na vivência, na relação concreta como um “pai continente”, isto é “pai que contém”. As constantes mudanças que

perpassam o exercício da paternidade na organização familiar contemporânea reforçam ainda mais a necessidade de acolher cada vez mais os filhos.

2.1 Paternidade e Masculinidade

Nas últimas décadas, muitos debates têm surgido sobre o que é “ser homem” e “ser masculino” na sociedade contemporânea. Constata-se, em linhas gerais, o interesse da sociedade em rever o papel do homem e compreender melhor as múltiplas transformações ocorridas na organização familiar. Esses debates refletem estudos, que em sua maioria, têm sido embasados no sistema de “dominação” dos homens sobre as mulheres, nas relações de poder entre eles, ou ainda, como comenta Barbosa (2001, p.260), serão influenciados por “uma visão feminina do comportamento masculino”. Trata-se de pesquisas que retratam a necessidade de se ter um “outro olhar” sobre o comportamento masculino.

Atualmente, o ponto de partida desses estudos é uma investigação social que se concentra nas crises e dúvidas do homem, originadas a partir do movimento de emancipação feminino, que proporcionou reflexões contundentes sobre um “novo” lugar de homem e sua identidade masculina, seja na profissão, na família ou na sexualidade. Busca-se, nas discussões, “acomodar” essa identidade às novas exigências das relações entre os gêneros.

Mas, falar sobre *identidade* implica, necessariamente, em trabalharmos com reflexões sobre representação social, linguagem e sistemas simbólicos e, por isso, resulta numa tarefa complexa. Diante das tentativas de se estabelecer um conceito de *identidade* inserido no contexto da sociedade atual, Woodward (2000, p.09) faz uma análise sobre *identidade e diferença*, e chama a atenção para esse conceito como um processo “relacional”. Inicia pontuando a importância da diferença para a compreensão da *identidade* e afirma que essa “é marcada pela diferença”, tratando-se de duas instâncias que estão interligadas numa relação interdependente. É como se o “eu”, enquanto identidade, fosse o “não outro”, e, sendo assim, é impossível delimitar com precisão os fundamentos que fazem esta distinção, uma vez que é difícil localizar o limite exato entre essas duas instâncias.

Para essa autora, ao realizarmos essa divisão identidade/diferença criamos um problema, pois uma vez que negamos as semelhanças com o outro, a diferença passa a ser respaldada pela exclusão e, conseqüentemente, a afirmação da identidade é construída de

forma engessada, estática, perdendo o caráter relacional tão importante nos sistemas simbólicos. Assim, para Woodward (2000), é preciso pensar a identidade sendo construída através de símbolos e inserida num contexto social com posições particulares do sujeito assumidas dentro da sociedade, embasada, inclusive, numa redescoberta do passado histórico.

Segundo Woodward (2000, p. 12), a base das discussões sobre *identidade* encontra-se na compreensão de duas visões: a perspectiva *essencialista* e a perspectiva *não-essencialista*. Para essa autora, ao pensarmos numa concepção *essencialista* da identidade estamos considerando a existência de “um conjunto cristalino, autêntico, de características que todos partilham e que não se altera ao longo do tempo” e, ao contrário desta, a concepção *não-essencialista* focalizaria “as diferenças, assim como as características comuns ou compartilhadas” prestando atenção, inclusive, às mudanças ocorridas ao longo dos anos.

Logo, observamos que a autora aponta para a complexidade das discussões acerca do tema e chama a atenção para a “tendência” do *essencialismo* de fundamentar a identidade numa “verdade” fixa, quer seja de natureza histórica ou biológica. Neste aspecto, ela comenta sobre o corpo:

O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual. É necessário, entretanto, reivindicar uma base biológica para a identidade sexual? A maternidade é outro exemplo no qual a identidade parece estar biologicamente fundamentada. (WOODWARD, 2000, p. 15)

Assim, Woodward (2000, p.17) afirma a existência de sistemas de representação sócio-culturais que, muitas vezes, são responsáveis pela produção de significados. O indivíduo busca sentido nas diversas representações e, assim, são construídos “os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. Nesse momento, a autora toma a mídia, a promoção de marketing, como exemplos de veículos de transmissão de imagens e introduz a idéia de “circuito da cultura” como papel-chave nas relações sociais e na produção de significados.

Voltemos, então, à questão da identidade masculina. Oliveira (2004, p.13), ao discutir sobre esse tema, traz em sua reflexão o conceito de masculinidade associado à criação de um “lugar simbólico /imaginário de sentido estruturante nos processos de subjetivação”. Para ele, a masculinidade foi construída na sociedade e vários foram os motivos que a transformaram

num valor social, reproduzido e mantido nos diversos contextos. O autor enfatiza o modelo de masculinidade criado e a força que este dispõe nos mais diferentes momentos históricos.

Para Oliveira (2004), o comportamento masculino é fruto de uma série de transformações na sociedade, associadas principalmente à origem de algumas instituições, tais como o Exército, o Estado Nacional e os ideais burgueses, que, para ele, contribuíram para o surgimento do mito da masculinidade, sem necessariamente ser um simples resultado de causa e efeito:

Dentre elas eu destacaria a formação do Estado nacional moderno e a criação de instituições específicas, como exércitos, resultando nos processos de disciplinarização e brutalização dos agentes envolvidos, bem como o surgimento de ideais burgueses e dos valores de classe média, calcados no pragmatismo dos negócios, na personalidade moderada e no culto da ciência metódico-racional. Esses fatores, ao lado de outros, se imbricam e se influenciam reciprocamente, sendo decisivos, de acordo com argumentação aqui assumida, para modelação do moderno ideal masculino.(OLIVEIRA, 2004, p.19)

A masculinidade, segundo Oliveira (2004, p.26), no período medieval, foi expressa principalmente através de duelos, defesa da honra e luta pela dignidade. As marcas e as cicatrizes conseqüentes das lutas se transformavam em símbolos de força e destemor. A coragem e a bravura, tão evidenciadas nesse período, aos poucos, começam a ser direcionadas para atitudes baseadas em posturas de firmeza, autocontrole e não necessariamente em derramamento de sangue na sociedade moderna. Embora, de acordo com esse autor, os “elementos constitutivos do ímpeto de duelar” não deixarão de existir, serão apenas transferidos para os sentimentos de nacionalismo, para a formação militar e para o sacrifício pessoal, que reforçam a autêntica masculinidade da época moderna.

De acordo com Oliveira (2004, p.28) a formação militar estaria alicerçada em princípios de dedicação ao país e “com ênfase no heroísmo, destemor diante da morte e sacrifício” e, conseqüentemente, a identidade masculina.

A capacidade de suportar os flagelos da guerra, como dor, fome, frio, mutilações, encarando impassivelmente a concreta possibilidade da morte, só poderia ser mantida se estivesse presente a idéia de que o verdadeiro homem viril era aquele que colocasse sua força de resistência a serviço de uma causa de maior valor, realizando um acoplamento entre o agente e o *socius*, através da identificação do varão com mais altos ideais sociais (OLIVEIRA, 2004, p. 31).

No século XIX, na Europa, de acordo com esse autor, existia uma valorização dos “atributos guerreiros” e quanto mais autocontrole o homem tivesse melhor seria a vida familiar, uma vez que o domínio sobre si próprio mostrava a capacidade para se tornar um bom chefe de família. Assim, “pensava-se na época que quanto mais feminina a mulher e mais masculino o homem, mais saudáveis a sociedade e o Estado” e, conseqüentemente, a família (OLIVEIRA, 2004, p.49).

Jablonski (1999) comenta sobre o estereótipo social antes fortemente reforçado pela mídia (ser homem é: ser poderoso, superior e macho), e afirma que a identidade masculina foi construída com base em alguns preceitos: ser competitivo, dominante, pouco falante, dentre outros. Para esse autor, atualmente é necessária uma redefinição dessa imagem, tendo em vista as mudanças do papel social do homem contemporâneo, principalmente nas relações com o feminino.

Esse autor acredita que a imagem do masculino construída sob sua “instrumentalidade, em detrimento da expressividade” vem desaparecendo. O homem contemporâneo vem vivenciando alterações em seus comportamentos e modificações que possibilitam reflexões sobre as relações de poder e, conseqüentemente, sobre o contexto sócio-cultural, em que ele está inserido (JABLONSKI, 1999, p.56):

Surge um outro tipo de homem – desvinculado de embasamentos anatômico-sexuais e também, não apenas reativo às demandas feministas – e principalmente que possa estar “em situação de disponibilidade subjetiva, de deixar seu caráter (o conjunto de qualidades) inacabado, para que com isto surjam novas combinações possíveis. Esta abertura para o que está à volta seria o caminho possível para a reconstrução do masculino.(JABLONSKI, 1999, p. 58)

Para Jablonski (1999), o momento ainda é de indagações. O homem contemporâneo aos poucos vai construindo essa nova identidade na medida que se desvincula de padrões enraizados e reconstrói condutas. Busca no mundo que o rodeia adaptar-se às novas relações de poder originadas pelo movimento de emancipação feminina.

Podemos dizer que, para esse autor, o significado do “ser homem” não pode estar inserido na perspectiva “essencialista” citada por Woodward (2000), na medida em que ele defende uma mudança na representação e significados no meio social e chama atenção para o lugar de onde a identidade masculina fala, ele aponta para a perspectiva “não-essencialista”.

Garcia (2001, p.31), ao estudar as relações entre gênero, estrutura social e homens, aponta uma “diversidade de masculinidades” embasadas em diferentes formas vividas pelos

homens em seu contexto social. Ela explica que hoje em dia a identidade masculina está associada a uma pluralidade de construções sócio-culturais e que, conseqüentemente, vão caracterizar as práticas sexuais e reprodutivas. Porém, essas mudanças nesses papéis poderão estar afetando a “masculinidade hegemônica” solidificada em momentos históricos e culturais anteriores. Sendo assim, o homem, vivencia dúvidas e conflitos que vão permear a redefinição do conceito de masculinidade.

O referido autor cita Joseph Pleck como um dos pioneiros no estudo sobre o “fato relacional das questões de gênero”. Nestas pesquisas buscou-se quebrar a “natureza estática desse modelo de papéis sexuais” e construir algo distante da essência biológica. A pluralidade do feminino vivenciada pelas mulheres nos vários grupos sociais, assim como “a diversidade de masculinidades”, mesmo consideradas como desviantes, são exemplos de mudança de direção nos trabalhos mais recentes. (GARCIA, 2001, p. 35-40)

Garcia (2001, p.33), ao refletir sobre a questão do gênero sob a ótica das ciências sociais, chama a atenção para a temática da sexualidade e da reprodução como foco dos estudos de gênero. Essa autora realiza seu trabalho questionando os motivos sob os quais ainda existe um número muito pequeno de pesquisas no Brasil, que investigam a participação do papel masculino na reprodução e no controle da fecundidade da mulher. A autora comenta, inclusive, que ainda persiste na sociedade brasileira, a idéia de que “a reprodução é mais um *negócio de mulheres* ou *para mulheres*” e o homem pouco participa ou intervém. Assim, ele não assume uma postura que, efetivamente, contribua para a problemática da reprodução.

Segundo essa autora, nos estudos brasileiros percebe-se que:

Os discursos masculino e feminino estão articulados de maneira a demonstrar que a construção social do gênero determina as características, os atributos e os comportamentos de homens e mulheres, onde quem tem um poder de negociação e decisão maior sobre a forma e o ritmo das relações sexuais é o homem (GARCIA, 2001, p. 34).

Portanto, no foco das discussões encontramos, outros fatores sociais (raça, etnia, dentre outros) que segundo Garcia (2001, p. 35) podem se constituir elementos essenciais nos “processos de negociação e decisão de homens e mulheres” sobre a reprodução e a sexualidade humana.

Para os cientistas sociais, a sexualidade é compreendida através da cultura. Nesse sentido, essa autora refere:

Seres sexuais e reprodutivos são construídos socialmente, sendo o gênero a principal dimensão dessa construção e os significados atribuídos ao sexo e à reprodução - muitas vezes com força de crença - diferentes para homens e mulheres. (GARCIA, 2001, p. 41).

Quando estudamos a transformação da masculinidade, necessariamente, vamos trabalhar com os homens como seres sexuais inseridos numa determinada cultura. E a busca contínua por parceiras sexuais, o distanciamento emocional e o comportamento de risco no encontro sexual, por exemplo, são frutos de um discurso embasado numa “masculinidade hegemônica” (GARCIA, 2001, p.46).

Machado (2004, p.35), ao falar sobre “masculinidades contemporâneas”, faz uma análise sobre as relações existentes entre ser masculino e violências. Essa autora, num estudo a partir da escuta de agressores, aponta para a violência como algo que poderá estar registrado no “próprio modo de construção social da idéia de masculino” e questiona como determinados atos violentos ainda acontecem numa sociedade da cultura ocidental dita “civilizada”.

Essa autora explica que o fundamento da identidade masculina ainda encontra-se enraizado numa concepção de que “o lugar do masculino na relação heterossexual é pensado como o único que se apodera porque é o único que penetra” (MACHADO, 2004, p.42).

Observamos, assim, como essa autora indaga a forma como são construídas as relações de gênero. A inscrição da identidade masculina vai além do corpo e obedece a símbolos que são construídos na própria cultura. Mais uma vez constatamos que é outro estudioso que defende a perspectiva *não-essencialista* comentada por Woodward (2000).

Barbosa (2001, p.260), ao discutir os trabalhos desenvolvidos no Centro de Educação para a Saúde – CES, – comenta sobre a necessidade de se identificar uma metodologia mais adequada para as atividades com os homens. Segundo este autor, é preciso estabelecer “espaço e técnica que permitam a participação deles”, uma vez que o trabalho dirigido para o homem difere em vários aspectos do trabalho com mulheres.

O foco inicial das atividades realizadas com grupos de homens é favorecer “uma desconstrução da identidade masculina” e, assim, introduzir questões sobre a saúde reprodutiva no contexto masculino. Para o autor, a expressão dos sentimentos e de opiniões sobre o assunto nos grupos, através dos desenhos e dinâmicas, permitem reflexões acerca de comportamentos individuais que refletiam a relação com a mulher e com as crianças. Tais condutas demonstram um desafio aos “padrões hegemônicos da masculinidade” e, por isso, serão reveladoras de um ser masculino com muitas carências e fraquezas emocionais. (BARBOSA, 2001, p.262)

3. FORMAÇÃO MILITAR

Segundo o Estatuto dos Militares (1980), o Exército Brasileiro, como Força Armada, tem a função de garantir a segurança nacional e defender a pátria. Trata-se de uma instituição nacional que é subordinada ao Presidente da República, sendo regida por princípios peculiares a uma categoria especial de profissionais, os militares. A Diretoria de Serviço Militar é o órgão responsável para coordenar as atividades do Serviço Militar, seguindo o que prescreve a Constituição Federal - 1988, em seu artigo 143, que estabelece a obrigatoriedade desse serviço.

Conforme prevê esse estatuto, que é um documento básico para se ingressar no Exército, o candidato (homem ou mulher) dependerá, ao ingressar na citada instituição, de sua idade cronológica e seu nível de escolaridade. Poderá ser militar de carreira ou temporário, de acordo com o processo seletivo escolhido entre os quadros e as especialidades oferecidos nas escolas de formação. Para ser militar de carreira é necessário prestar concurso público, de âmbito nacional, para ingressar em uma das escolas de formação. Além disso, deve concluir com êxito o processo de instrução e formação, que pode variar de 2 a 7 anos. Para o militar temporário (oficial ou sargento), que ingressa através de seleção conduzida pela Região Militar mais próxima, existe um tempo determinado para suas atividades e, no final deste período, ele passa para reserva não remunerada, não tendo vínculo empregatício após este período.

De acordo com que prescreve o Estatuto dos Militares (1980, art 14,15 e 16), tanto os militares de carreira, como os temporários, seja na ativa ou na reserva (aposentadoria) seguem os princípios de hierarquia e disciplina em seus devidos círculos hierárquicos. Aqui estão regulamentados os postos, que se referem ao “grau hierárquico do oficial, conferido por ato do Presidente da República ou do Ministro da Força Singular e confirmado em Carta Patente”, como também as graduações que são o “grau hierárquico da praça, conferido pela autoridade militar competente”.

Os oficiais, que são os militares com formação superior, geralmente assumem maiores responsabilidades em termos de comando de pequenas e grandes unidades. Dividem-se nos seguintes postos, de acordo com o grau decrescente de antiguidade: Oficiais Gerais (General – de – Exército, General – de – Divisão, General – de - Brigada), Oficiais Superiores (Coronel, Tenente - Coronel, Major), Oficiais Intermediários (Capitão), Oficiais Subalternos

(Primeiro – Tenente, Segundo – Tenente), Oficiais em Formação (Aspirante – a – oficial, Cadete). Os Sargentos correspondem aos militares com formação mais avançada que os Praças e auxiliam os oficiais na realização das atividades. Dividem-se da seguinte forma: Sargentos Superiores (Subtenente), Sargentos Subalternos (Primeiro – Sargento, Segundo – Sargento, Terceiro – Sargento) e, por fim, os Praças que são os militares que têm uma formação mais básica: Cabo, Soldado e Recruta (Praça em formação). Todos esses postos ou graduações são determinados pelo grau de escolaridade e comando exercido, regulamentado por norma específica do Exército.

As profissões militares, independente do posto ou graduação, envolvem um conjunto de atribuições voltado para a defesa nacional. Inserida na função ou cargo militar encontramos uma diversidade de obrigações que, segundo o Estatuto dos Militares (1980, art 27), são “manifestações essenciais do valor militar”:

- I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;
- II - civismo e o culto das tradições históricas;
- III - a fé na missão elevada das Forças Armadas;
- IV - o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve;
- V - o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida;
- VI - o aprimoramento técnico - profissional. (ESTATUTO DOS MILITARES, 1980).

Desta forma, a formação militar engloba um conjunto de características típicas desta profissão que, segundo o Comando do Exército, são:

- Risco de vida, sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, dedicação exclusiva, disponibilidade permanente, mobilidade geográfica, vigor físico, formação específica e aperfeiçoamento constante, proibição de participar de atividades políticas, proibição de sindicalizar-se e de participação em greves ou qualquer movimento reivindicatório, restrições a direitos trabalhistas, vínculo com a profissão, conseqüências para a família. (EXÉRCITO BRASILEIRO. BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA. 1980)

Todas essas características são fundamentais para o bom desempenho do militar. Durante a carreira, seja nos freqüentes treinamentos ou mesmo no exercício de funções, todas elas serão exigidas. No que se refere ao “risco de vida”, de acordo com o site oficial do Exército existe, constantemente, no desempenho de suas atividades “a possibilidade iminente de um dano físico”, e, às vezes, até de morte. Isso pode decorrer das instruções de armamento,

munição e tiro, seja no treinamento físico militar, nas diversas atividades ou ainda, de um período de conflitos, propriamente dito.

A “sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia” é um dos pilares do funcionamento do Exército. Aqui o dever de cumprir as ordens previstas, mesmo que não esteja de acordo com elas, é condição imprescindível. “Ao ingressar nas Forças Armadas, o militar tem de obedecer a severas normas disciplinares e a estritos princípios hierárquicos, que condicionam toda sua vida pessoal e profissional”(Regulamento da AMAN – R 70.1998). Para ilustrar, temos o lema da AMAN: “Cadete! Ides comandar, aprendei a obedecer!”.

Quanto à “dedicação exclusiva e disponibilidade permanente” implica que o militar não poderá exercer outras atividades profissionais e, assim, está pronto para o serviço durante 24 horas do dia, sem direito à retribuição salarial extra. Neste aspecto, no momento que é convocado para qualquer atividade, mesmo em período de descanso, deverá apresentar-se imediatamente à organização militar para cumprir a missão que lhe for designada. A família deverá ser compreensiva e estar ciente dessas possibilidades.

No que diz respeito à “mobilidade geográfica”, pressupõe-se que o militar poderá ser movimentado de Região Militar a cada 03 (três) anos, em média, podendo ser transferido para qualquer região do país, indo morar com sua família nas mais diversas cidades. Nesse sentido, o militar poderá indicar os lugares de sua preferência, embora a decisão final dependa do número de vagas previstas e do resultado de seu desempenho profissional. Para a família essas transferências mobilizam uma série de dificuldades, tendo em vista que nem sempre os locais determinados possuem alternativas bem qualificadas de escola, moradia e trabalho.

A carreira militar, segundo a Revista Verde Oliva (2006, nº 187, p.22) compreende cargos e funções “em graus de complexidade crescente”. As promoções seguem um planejamento específico e, em longo prazo, de acordo com os postos e graduações. Elas acontecem de acordo com a hierarquia militar respeitando critérios previamente definidos na Lei de Promoções das Forças Armadas. Essa ordenação envolve oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

Ao longo da carreira, o militar ocupa diversos cargos, definidos como conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades perfeitamente estabelecidos na legislação e compatíveis com seu grau hierárquico. O provimento destes cargos com o pessoal militar implica no atendimento de requisitos de grau hierárquico e da qualificação exigida para seu desempenho.(REVISTA VERDE OLIVA, 2006, nº 187, p.22)

No Exército Brasileiro existe uma diversidade de cursos de formação. Geralmente são regidos por estabelecimentos de ensino que buscam realizar os objetivos do perfil profissiográfico programado pelo Departamento Geral de Pessoal – DGP. As principais escolas responsáveis pela formação de oficiais das diversas Armas, Quadros e Serviços, são: Academia Militar das Agulhas Negras, Instituto Militar de Engenharia, Escola de Saúde do Exército e a Escola de Administração do Exército, dentre outras. No que se refere à formação de sargentos, temos: Escolas de Sargentos das Armas, Escola de Instrução Especializada, Escola de Material Bélico, Escola de Comunicações e o Centro de Instrução de Avião do Exército.

Todos esses estabelecimentos de ensino buscam preparar os militares para desenvolver as qualificações necessárias para o exercício da função ou cargo previsto em suas organizações militares, respeitando fielmente as missões de cada curso.

3.1 Formação do Oficial Combatente do Exército Brasileiro

O oficial combatente (atualmente previsto exclusivamente para o segmento masculino), segundo a Lei do Ensino do Exército, é um profissional subordinado ao Ministério da Defesa, e, por isso, treinado e preparado para preservar a integridade do Brasil seja na paz ou na guerra. O que caracteriza sua habilitação para o combate ou apoio logístico é o seu preparo profissional na Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN.

Para ingressar na AMAN, o jovem poderá escolher entre duas alternativas: uma delas, é prestar concurso em âmbito nacional e ser aprovado para Escola Preparatória de Cadetes de Exército – EsPCEEx, situada em Campinas – São Paulo, ainda cursando ou tendo concluído a 2ª série do Ensino Médio. Deverá ser brasileiro nato, do sexo masculino, e possuir entre 15 (quinze) e 20 (vinte) anos de idade no ano do concurso. Nesta escola, ele irá cursar disciplinas regulares da 3ª série do Ensino Médio, juntamente com as de iniciação militar profissional e receberá o título de “aluno”.

Durante o curso na EsPCEEx, o aluno inicia a formação de oficial combatente, tem instruções militares e responde como militar, com direitos e deveres previstos nos regulamentos do Exército. Além disso, recebe fardamento, vivencia sistema de internato e é preparado constantemente para o futuro ingresso na AMAN. Após a conclusão do curso, com

aproveitamento, o aluno recebe o certificado do Ensino Médio, de reservista de 2ª categoria e a habilitação para o ingresso na AMAN, sem concurso. Em solenidade de formatura, no início do ano seguinte, já na AMAN, o aluno receberá o espadim (miniatura do sabre de Caxias, patrono do Exército) após passagem pelo “portão dos novos cadetes” como símbolo de obtenção do posto de “oficial em formação” e, assim, o título de “cadete”.

A segunda alternativa de ingresso é prestar concurso diretamente para AMAN. Aqui o jovem aprovado receberá o título de “cadete” e iniciará o nível superior em ciências militares na Academia, juntamente com aqueles que vieram oriundos da EsPCEX. O concurso direto para AMAN, ou seja, sem a passagem pela EsPCEX, segue quase os mesmos requisitos da outra escola, diferenciando apenas no nível de escolaridade (término do ensino médio), idade (até 22 anos) e no engajamento direto das disciplinas profissionais.

A AMAN, conforme o R-70 (1998, art 1º) é um “estabelecimento de Ensino Superior, de formação da linha do Ensino Militar Bélico”. O ensino é baseado em dois fundamentos: o ensino superior e profissional, e seus principais objetivos são:

Formar aspirantes – a - oficial das Armas, do Serviço de Intendência e do Quadro de material Bélico, habilitando-o para os cargos de tenente e capitão não – aperfeiçoado, previstos nos quadros de organização, em tempo de guerra ou paz; graduar o bacharel em ciências militares; e iniciar a formação do chefe militar. (R-70 , 1998)

A AMAN fica localizada em Resende – RJ. Segundo Motta (1998, p.289), desde o ano de 1944, quando a antiga “Escola de Realengo” foi transferida para essa cidade. Para esse autor, o General José Pessoa (Comandante do Exército da época) tinha o desejo de afastar aquela instituição das “influências políticas da época” e Resende era a cidade ideal para a nova sede, por uma cidade afastada do centro do Rio de Janeiro e por isso, longe das turbulências sociais da época.

Desse período para os dias atuais, a Academia passou por uma diversidade de reformas realizadas, principalmente, em 1986, que segundo a Revista Verde Oliva (2005, nº 183) tiveram o objetivo de ampliar o espaço físico e assim possibilitar uma melhor formação para o cadete. Atualmente a Academia encontra-se ocupando 70 km² de área divididos da seguinte forma: Conjunto Principal, Seção de Educação Física, Seção de Equitação, Seção de Instrução Especial, Polígono de Tiro, Parques de Instrução, Hospital Escolar, Prefeitura Militar, e o Batalhão de Comando e Serviços. Cada setor é responsável por uma missão que deve ser cumprida da melhor forma.

O curso da AMAN tem duração de 04 (quatro) anos. De acordo com o site oficial da AMAN, no primeiro ano, que é considerado o curso Básico, são fornecidas informações comuns a todos os cursos das Armas, Quadro de Material Bélico e Serviço de Intendência:

A formação básica dos cadetes do 1º ano constitui-se na missão precípua do Curso, capacitando-os ao ajustamento dos princípios normativos que regem a vida militar, ao exercício das funções pertinentes aos postos iniciais da carreira, assim como o ingresso no Curso Avançado, e posteriormente, aos cursos das Armas, Serviço de Intendência e Quadro de Material Bélico e a conseqüente ampliação indispensáveis ao oficial. (R – 70, 1998)

Sendo assim, durante o curso Básico, o cadete tem uma visão geral da profissão. Receberá uma diversidade de ensinamentos e participará ativamente de uma variedade de treinamentos, que, segundo o Regulamento da AMAN (1998), servirá de alicerce para o desenvolvimento do cadete. Irá cursar disciplinas como: Matemática; Mecânica; Português; Psicologia; Idiomas; Informática; Emprego Tático; OPEFT (Operação de Força Terrestre); Comando, Chefia, e Liderança; Técnicas militares; Tiro; Treinamento Físico Militar; Complementação.

Nesse período, segundo Castro (2004, p. 22), as atividades seguem uma “rotina planejada para o ano todo”. Busca-se regular os procedimentos dos cadetes através das Normas Gerais de Ação (NGA) e, assim, padronizar as condutas.

A preocupação dos oficiais é “homogeneizar” os cadetes o mais rapidamente possível em relação ao nível de formação militar, e tanto uns quanto outros insistem em afirmar que as diferenças inerentes às experiências escolares anteriores ao ingresso na AMAN desaparecem em poucos meses, igualando os cadetes. (CASTRO, 2004, p.24)

Para Castro (2004, p.27), o curso Básico é o período de adaptação. Os cadetes são comandados por um tenente, que é o superior imediato responsável por aquele pelotão (uma fração do grupo). Neste sentido, as instruções são direcionadas para que sejam assimilados os princípios militares e fortificada a obediência hierárquica. O cadete precisa compreender que os oficiais são “os modelos daquilo que os cadetes pretendem vir a ser”.

No segundo ano, inicia-se o curso Avançado. Neste período, o cadete utiliza a gama de conhecimentos no ano anterior para completar sua formação individual. Segundo o site oficial da AMAN, o objetivo é capacitá-lo para atuar no “âmbito do pelotão e ao exercício do comando das frações” assim como permitir o desenvolvimento de “reflexos na execução de

técnicas e táticas individuais de combate”. Busca-se, através das habilidades técnica e física, preparar o cadete para o exercício das Armas.

Ao final do curso Avançado, os cadetes estarão aptos a escolher sua Arma, Quadro ou Serviço. Estas são especialidades que, segundo o site oficial do Exército, funcionam conforme sua função como Força Terrestre na defesa nacional, e podem ser classificadas da seguinte forma: Armas-base (Infantaria e Cavalaria), Armas de apoio ao combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações) e Apoio logístico (Intendência e o Quadro de Material Bélico). “Eles atendem às atividades - fim do Exército, enquanto outros serviços e quadros atendem às atividades – meio”.

Segundo o site oficial do Exército a Arma de “Infantaria” tem como característica essencial “a aptidão para combater a pé, em todos os tipos de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas, podendo utilizar variados meios de transportes”. Sua principal missão é se aproximar do inimigo e conquistar seu terreno. A Arma de “Artilharia” tem como principal característica o apoio de fogo. O uso de canhões, obuses, foguetes ou mísseis são comuns entre os militares que optam por esta especialidade. O objetivo é destruir ou neutralizar as instalações das tropas inimigas num combate. A Arma de “Cavalaria” participa do combate aplicando suas principais características: “mobilidade, potência de fogo, ação de choque, proteção blindada e sistema de comunicações amplo e flexível”. É responsável pela identificação da região de operações do inimigo. A Arma de “Engenharia” pode ser classificada em: de combate e de construção. “A de combate apóia as armas-base, facilitando o deslocamento das tropas amigas, reparando estradas, pontes e eliminando os obstáculos à progressão”, já a de construção se empenha, em tempo de paz, no crescimento do país, ajudando nos projetos de estradas, pontes, barragens, dentre outros. A Arma de “Comunicações” é considerada a “Arma de comando”, uma vez que proporciona o contato com os escalões mais altos, antes, durante e após o combate. É através dessa Arma que chegam aos pelotões as decisões e podem ser dificultadas as comunicações do inimigo. O Serviço de “Intendência” busca dar o suporte logístico através das atividades de suprimento as Armas de combate. É responsável pela distribuição de uniformes, equipamentos individuais, munição e gêneros alimentícios, além dos serviços de lavanderia e banho. O Quadro de “Material Bélico” também realiza atividades de suporte e apoio logístico. Ele envolve a manutenção de armamentos, viaturas e aeronaves, assim como o “suprimento de combustíveis, óleos, graxas e lubrificantes para motores e máquinas”.

Todas essas especialidades são essenciais para a função principal do Exército brasileiro: a defesa nacional. O cadete terá conhecimento de cada estratégia de combate e, após sua escolha, terá instrução militar específica nos 3º e 4º anos de acordo com sua Arma, Quadro ou Serviço. A escolha, segundo Castro (2004, p.57) dependerá de uma diversidade de fatores, que incluem, dentre eles: tradição familiar, ou seja, “quando o cadete tem ou teve parentes de uma Arma”, ou ainda, de acordo com a classificação geral no curso, o cadete busca ficar numa especialidade que mantenha uma melhor classificação, assim como, se identifique mais com o “Espírito da Arma”. Alguns chegam a escolher a Arma de acordo com o “lugar onde irão servir”, mas, segundo Castro (2004, p. 58), “esse tipo de resposta, é criticado pela maioria dos cadetes” uma vez que a preocupação maior deveria ser o aspecto profissional.

O “Espírito da Arma” parece ser algo importante na escolha do cadete, uma vez que, de acordo com Castro (2004, p. 59), “os membros da Arma compartilham entre si regras de conduta mais ou menos obrigatórias e um estoque de símbolos comuns (emblemas, canções, motes, patrono etc)”. Cada especialidade possui um perfil que são cultivados nas diversas atividades e, sendo assim, poderão influenciar na forma de ação individual do cadete.

No 3º e 4º ano, o cadete irá cursar disciplinas como: História militar Geral e do Brasil, Geografia, Economia, Filosofia, Didática, Direito, Ciências Gerenciais, Apoio ao combate logístico, Emprego tático e técnicas militares, Sistemas operacionais, Comunicação Social, Tiro, Treinamento Físico Militar e Oratória. Todas essas disciplinas buscam preparar o cadete para o exercício de comando, conforme prevê a divisão de ensino da AMAN:

A qualificação do futuro Oficial tem por objetivo principal a capacitação ao exercício de comando de pequenas frações, pelotão e de subunidades de sua respectiva arma, quadro ou serviço. Consolidam-se o aperfeiçoamento das técnicas individuais do combatente, o elevado padrão de ordem unida e o contínuo desenvolvimento da capacidade física. (R-70, 1998)

Ao final do 4º ano, o cadete, ao concluir o curso com aproveitamento, receberá o título de “aspirante – a – oficial” em formatura e será designado a exercer suas funções numa unidade militar em qualquer região do país. Seguirá carreira de oficial combatente respeitando os princípios regulamentares do Estatuto dos militares.

Por ser habilitado em estratégias táticas de combate e comando e ser uma profissão de grau superior, o oficial combatente irá liderar grupos, exercer autoridade e aprender a lidar

com hierarquia e disciplina para o resto de sua vida. O risco de vida, a disponibilidade permanente e o vigor físico serão características inerentes ao perfil desse profissional.

Segundo Freitag-Loringhoven (1986, p.161), o verdadeiro combatente é aquele que “zela cuidadosamente por sua honra”. Para esse autor, é fundamental desenvolver e manter o espírito guerreiro no soldado para que ele busque habilidades para agir em nome da pátria, e assim, direcionar sua força para a nação. O interesse pessoal, a individualidade, e as honras pessoais aparentes deverão ficar em segundo plano, sendo o autocontrole emocional e a moral elevada responsáveis pelo desempenho eficiente no combate.

4. OBJETIVOS E MÉTODO DO ESTUDO

4.1 OBJETIVOS:

Geral

- Analisar a influência exercida pelo pai, militar do Exército, na decisão do filho homem em seguir carreira militar, na perspectiva deste.

Específicos

- Investigar na perspectiva do filho:
 - a. As motivações que o levaram à escolha pela carreira militar;
 - b. Os sentimentos experimentados acerca da carreira militar;
 - c. Os fatores facilitadores e críticos da carreira militar;
 - d. A existência ou não de outros parentes que seguiram carreira militar;
 - e. Analisar as expectativas do filho acerca do seu futuro profissional e do seu(s) próprio(s) filho(s).

4.2 MÉTODO

Natureza da pesquisa:

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e, desta forma, o estudo foi baseado numa abordagem interpretativa e compreensiva das relações. Escolhemos a análise de conteúdos subjetivos, sob uma ótica transgeracional, com o objetivo de aprofundar a compreensão das relações entre avô, pai e filho na família com militares do Exército, assim como investigar os valores, significações, mitos que foram construídos e herdados entre as gerações.

Participantes:

Ao todo foram entrevistados 20 (vinte) cadetes do Exército, que estão estudando na AMAN, independente da Arma, Quadro ou Serviço escolhido pelo cadete (Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia, Intendência, Material Bélico e Comunicações), ano que estão cursando (Básico, Avançado, 3º ou 4º anos) ou local de origem, uma vez que o concurso é de âmbito nacional. Todos os participantes são filhos e netos de militares do Exército, com média de idade de 21 anos, solteiros, e membros de família nuclear. Inserido nesse grupo de entrevistados, 10 (dez) possuem irmãos, tios ou qualquer outro parente militar, seja das Forças Armadas (Exército, Marinha ou Aeronáutica) ou de Forças Auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros).

Os pais são de origem diversa e, em sua maioria, já foram para reserva (aposentadoria) e apenas 01 (um) serve como instrutor dentro da Academia. Nesse grupo de entrevistados usamos esse critério de escolha tendo em vista a diversidade de quadros que o Exército oferece para o ingresso na vida militar e, assim, buscamos minimizar, por exemplo, os efeitos da ascensão social, como fator decisivo na escolha. Além do mais, a análise da influência do pai, objetivo do nosso trabalho, poderia envolver também a realização e a repetição do mesmo curso com características semelhantes da escola de formação.

A escolha destes militares com este perfil - Combatente do Exército - e com formação nessa escola, foi baseada nas características específicas do quadro de oficiais de carreira, graduados em ciências militares. O jovem que ingressa na EsPCEX e na AMAN vivencia um sistema de internato, convivendo 24 (vinte e quatro) horas com os princípios militares, durante um período de 05 (cinco) anos de formação, sendo 01 (um) ano em Campinas, SP – EsPCEX e 04 (quatro) em Resende, RJ- AMAN. Ele fica afastado da família de origem ainda no período da adolescência.

Depois de concluído o curso, o aspirante-a-oficial (praça especial, assim é classificado na hierarquia militar, após a formatura) deverá estar pronto a ser movimentado, em qualquer época do ano, para as diversas regiões do país, com ou sem estrutura de apoio para a sua família. Normalmente, nos primeiros momentos da transferência e ainda solteiro, reside nos próprios quartéis onde está servindo (torna-se “laranjeira”), ou aluga apartamento próximo ao local de trabalho, juntamente com colegas da turma.

Essas peculiaridades, típicas da formação do oficial combatente, diferem de outros quadros de oficiais do Exército, nos quais os requisitos para o ingresso são baseados em faixa

etária mais madura, com nível superior, sem ter a vivência do sistema de internato e, por vezes, inserido no quadro de oficiais temporários (como por exemplo, os aspirantes do CPOR ou do quadro técnico). Conseqüentemente, são isentos da permanente mobilidade geográfica (a cada 03 anos, em média), não tendo a obrigatoriedade de sair da terra natal convivendo diariamente com a família.

Os participantes foram escolhidos tendo em vista a disponibilidade dos mesmos, mediante as atividades realizadas no período que visitamos a AMAN (março de 2006). Eles foram convidados aleatoriamente, tanto no Corpo de Cadetes da AMAN, como em suas próprias residências (em período de férias) tendo exclusivamente, como critério fundamental, ser filho e neto de militares do Exército e voluntário para participar da pesquisa. Abaixo se encontram 02 (dois) quadros: Um comparativo entre as gerações, apresentando a escolha da especialidade e o outro caracterizando o perfil entre irmãos.

QUADRO 1- ESCOLHA DAS ARMAS NAS DIVERSAS GERAÇÕES

Cadetes	Curso / Arma	Pai	Avô (*)	Outros Parentes Militares
02	Avançado	02 de Infantaria	02 de Infantaria	Nenhum
02	Cavalaria	01 de Cavalaria 01 de Artilharia	01 de Artilharia 01 Desconhece	01 Irmão
02	Engenharia	02 de Engenharia	02 de Engenharia	01 Tio
02	Intendência	01 de Intendência 01 de Engenharia	02 de Infantaria	01 Irmã 01 Tio
02	Artilharia	02 de Infantaria	01 de Comunicações 01 de Infantaria	Nenhum
10	Infantaria	05 de Infantaria 05 Diversos	03 de Infantaria 07 Diversos	03 Irmãos 02 Tios 02 Cunhados

* Especialidade adaptada à nomenclatura mais atualizada, tendo em vista alguns cursos não existirem na época de formação deles.

QUADRO 2 - ORDEM DE NASCIMENTO DOS CADETES

Cadete	Ordem de Nascimento	Sexo	Quantidade de militares
Nº 01	2º filho	♂ ♂♂ ♂	01
Nº 02	1º filho	♂♂ ♀	01
Nº 03	2º filho	♂ ♂♂ ♂	02
Nº 04	1º filho	♂♂ ♂ ♂	03
Nº 05	1º filho	♂♂ ♀	01
Nº 06	2º filho	♂ ♂♂ ♂ ♀	01
Nº 07	2º filho	♂ ♂♂ ♀	02
Nº 08	2º filho	♂ ♂♂ ♂	01
Nº 09	2º filho	♂ ♂♂	02
Nº 10	1º filho	♂♂ ♀	01
Nº 11	2º filho	♀ ♂♂	02
Nº 12	2º filho	♀ ♂♂	01
Nº 13	2º filho	♀ ♂♂	01
Nº 14	2º filho	♀ ♂♂	01
Nº 15	2º filho	♀ ♂♂	01
Nº 16	2º filho	♂ ♂♂	02
Nº 17	2º filho	♀ ♂♂	01
Nº 18	2º filho	♀ ♂♂	01
Nº 19	2º filho	♂ ♂♂	02
Nº 20	3º filho	♂ ♂ ♂♂ ♀	03

Instrumento:

Foi realizada uma entrevista estruturada e conduzida de forma semi-dirigida compreendendo 12 (doze) questões relacionadas aos objetivos da pesquisa e os dados sócio-demográficos dos participantes. (Anexo I).

A escolha da condução semi-dirigida teve como objetivo facilitar uma maior interação, assim como permitir que o participante verbalizasse seu conteúdo sem se prender a respostas pré-estabelecidas e a pesquisadora poderia delinear o objeto pesquisado controlando possíveis desvios do tema.

Procedimento de coleta dos dados:

Primeiramente, contactamos com o comando do Colégio Militar do Recife, organização militar com qual tínhamos maior acesso, tendo em vista a experiência de trabalho vivenciada pela pesquisadora como oficial do Quadro Técnico.

Após ser assinada, pelo comando, a Carta de Aceite (Anexo III) e a autorização publicada em Boletim Interno (documento de publicação de normas internas do quartel) dos procedimentos da pesquisa, recebemos diversas indicações dos próprios militares dessa instituição militar e alguns dados de ex-alunos que foram fundamentais para localizarmos os participantes. Assim, contactamos e agendamos, através de telefone, com os pais dos cadetes, o período das entrevistas, uma vez que os cadetes só estariam em Recife nas férias escolares ou feriados prolongados. Nesse momento, observamos o interesse em contribuir com a pesquisa, expressado nitidamente pelos pais militares, na medida que foram sendo explicados seus objetivos.

Em julho de 2005, época em que alguns cadetes vieram passar o recesso escolar na casa dos pais, confirmamos a disponibilidade dos mesmos e realizamos 03 (três) entrevistas que fizeram parte do projeto piloto. Nesse período, os cadetes solicitaram que as entrevistas fossem realizadas nas residências de seus pais, uma vez que a visita ao Colégio Militar do Recife, implicaria no cumprimento de alguns procedimentos tais como: uso obrigatório do uniforme, cabelo e barba bem recortada, apresentação oficial ao Subcomandante, dentre outros, e assim, o caráter de descontração, de relaxamento, e de descanso, típicos de férias escolares teria que ser quebrado. Logo, essas entrevistas foram realizadas nas residências dos cadetes, em dia e horário combinado com os mesmos.

Após análise dessas entrevistas, foi confirmada a adequação do instrumento e percebemos a necessidade realizarmos uma visita à AMAN para coletar algumas informações que poderiam complementar os dados. Programamos, então, essa visita para janeiro de 2006, período em que estaríamos de férias da universidade e, portanto, teríamos maior

disponibilidade para ter acesso, inclusive, a outras escolas militares, caso houvesse necessidade.

Em janeiro de 2006, ao chegar na Academia fomos orientados pela Seção de Relações Públicas a elaborar um documento solicitando autorização ao Comandante, para termos acesso às instalações, documentos de ensino, e demais regulamentos que podiam contribuir para nossa pesquisa, assim como entrevistar os cadetes que tinham o perfil previsto na cópia do projeto de pesquisa entregue na ocasião. Fomos, inclusive, alertados do período de férias da escola e, conseqüentemente, do número pequeno de profissionais de ensino que ali se encontravam na época, além da ausência dos cadetes.

Posteriormente, através de contato telefônico, como também, com uso de correio eletrônico, agendamos, com o apoio da Seção Psicopedagógica, para 03 (três) dias do mês de março, período indicado por conta dos jogos escolares, e, por isso, sem a necessidade de retirar o cadete da sala de aula sendo, portanto, ideal para a visita e a aplicação das entrevistas, aos cadetes previamente selecionados pelo Corpo de Cadetes da Academia. Elaboramos também uma carta-convite (anexo IV) nominal a cada participante, para ser enviada através de endereço eletrônico, antes da realização da atividade, com tempo e espaço previamente organizado pela Seção.

Ao chegar na AMAN, fomos muito bem recebidos pela Seção Psicopedagógica. Já existia uma pequena sala reservada para realização das entrevistas e os cadetes já sabiam os horários das mesmas, conforme agendado no Corpo de Cadetes e na Seção Psicopedagógica. Os cadetes se dirigiram, no horário combinado, para as entrevistas e, após serem esclarecidos os objetivos da pesquisa foi solicitado que assinassem o Termo de Consentimento (Anexo II), foram entrevistados individualmente sendo a entrevista gravada.

Cada entrevista teve o tempo de duração em torno de 30 minutos. Alguns cadetes apresentaram, no primeiro momento da entrevista, uma certa inibição, apesar de expressarem disponibilidade para responder às questões. Na medida que a entrevista prosseguia, observávamos a desenvoltura dos relatos e a vontade de contribuir com as informações. Em alguns momentos, foram observados resistências e dificuldades para verbalizar conteúdos relacionados ao afastamento da família e as perdas afetivas diante da dedicação à vida militar.

Procedimento de análise dos dados:

As entrevistas foram transcritas e analisadas individualmente com base na Técnica de Análise de Conteúdo (MINAYO, 2004, p. 209). Foram identificados 12 (doze) “núcleos de sentido” que expressavam os “valores de referência” através de temáticas que, posteriormente, foram integradas e discutidas num texto único tendo por base a literatura consultada.

A análise das relações, citada por Minayo (2004, p. 204 e 209) foi umas das técnicas trabalhadas mediante a necessidade de compreendermos “as várias relações que os elementos mantêm entre si, dentro de um texto”.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Antes de realizarmos a análise dos dados, achamos necessário levantar alguns pontos. Primeiramente, gostaríamos de enfatizar que em princípio, não tivemos a preocupação em limitar o número de cadetes de acordo com o ano em que estavam cursando (Básico¹, Avançado, 3º ou 4º anos) ou com as especialidades escolhidas (Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia, Intendência, Material Bélico e Comunicações¹), uma vez que, trata-se de uma pesquisa qualitativa e não seria necessário um controle rigoroso de variáveis. Porém, no decorrer das entrevistas, sentimos necessidade de diversificar nossa escuta, na medida que observamos diferenças qualitativas nas entrevistas. Elas poderiam está interligadas ao perfil da Arma ou Quadro (exigências táticas do combate), ou ainda, de acordo com o nível de adaptação ao sistema de internato característico da instituição e, conseqüentemente, graus diferenciados de maturidade em relação ao afastamento da família e aos conflitos quanto à representação do pai nas decisões pessoais e profissionais.

Sendo assim, entrevistamos os 20 (vinte) cadetes divididos da seguinte forma: 02 (dois) do curso Avançado², 02 (dois) de Cavalaria, 02 (dois) de Engenharia, 02 (dois) de Intendência, 02 (dois) de Artilharia, e 10 (dez) de Infantaria. Essa diferença no que se refere ao curso de Infantaria deve-se ao próprio quantitativo de vagas determinado pelo Comando do Exército para tal curso, (geralmente é um número grande de vagas em relação aos outros cursos) assim como à existência, nesse ano, de um maior número de filhos e netos de militares do Exército cursando Infantaria.

Dessa forma, podemos dizer que nossas conclusões se assemelharam às de Castro (2004, p. 65), no que diz respeito à escolha da Arma por tradição familiar, como um dos motivos para a opção. Segundo esse autor, na Infantaria “vibra-se mais” e a ação, a rusticidade são símbolos de honra militar. Logo, há indicativos de que essa bravura representada pelo destemor, demasiadamente evidenciadas na Infantaria possa representar um *mito* em torno da identidade masculina e, assim, uma valorização dos “atributos guerreiros” citados por Oliveira (2004, p. 49).

¹ Não existiram cadetes dessas especialidades, ou ano de curso representados na pesquisa.

² Este curso só escolhe a sua especialidade no final do ano.

Essa conclusão pode ser ilustrada através dos relatos e exemplificada com os 10 (dez) infantes entrevistados, dos quais 05 (cinco) desses cadetes tiveram um pai que escolheu a Arma de Infantaria na época em que fora cadete e ainda compartilha com o filho as regras próprias da especialidade. Também foi observado que entre as outras Armas ou Quadros escolhidos pelos cadetes, pelo menos um parente, seja o pai, irmão, ou tio já tinham escolhido a Infantaria como especialidade. Esse dado em torno do curso de Infantaria, seja pela questão objetiva da quantidade de vagas e distribuição nas unidades militares, seja pela dinâmica e o perfil exigido para o cadete que escolhe ser infante, nos pareceu digno de observações.

Nas outras especialidades também aparece como fato marcante uma espécie de “herança de atribuições de papéis” como referem Falcke e Wagner (2005, p.26), embora permeada de momentos de correspondência das expectativas por parte do pai e dúvidas quanto ao cumprimento destas.

Conforme visto na caracterização dos participantes, parece evidente uma permanência de representações em torno “do ser militar” e a importância do pai, como membro facilitador do processo de transmissão entre gerações desse “mito”. Como refere Krom (2000, p. 26) os “mitos” são “os sentidos que a família atribui à vida” e, assim, nos relatos dos cadetes fica explicitado o lugar ocupado e os ganhos obtidos da parte da família quando se corresponde à expectativa gerada, em termos de satisfação, alegria e orgulho diante da decisão do filho.

Todos os entrevistados, seja em suas residências, seja na AMAN, apresentaram disponibilidade para participar da entrevista. Porém, em alguns momentos foram expressos resistências diante de determinadas questões, sendo observadas maiores dificuldades em verbalizar conteúdos que refletissem as perdas diante da carreira militar, embora existisse, conscientemente, o reconhecimento destas. Esse aspecto, ao nosso ver, poderá estar correlacionado as “manifestações essenciais do valor militar” enfatizado no Estatuto dos Militares (1980, art 27) que prevê “uma vontade inabalável de cumprir o dever militar até com o sacrifício da própria vida”. Assim, pressupõe-se que o cadete internalizará esses valores no processo de construção de sua identidade profissional e, conseqüentemente, será conduzido para manter esses princípios nos diversos espaços da sua carreira militar, evitando-se inclusive, que sejam verbalizadas dúvidas ou críticas sobre a opção profissional.

Para que realizássemos a análise dos dados foram identificados 12 (doze) “núcleos de sentido” (Minayo, 2004, p.209), extraídos das entrevistas. Essas categorias foram destacadas pela frequência com que os cadetes as verbalizaram, apresentados em consonância com os

objetivos da pesquisa que eram: investigar na perspectiva do filho militar as motivações e os sentimentos acerca da carreira militar, assim como, identificar os fatores facilitadores e críticos de sua carreira profissional e analisar as expectativas dele a respeito do futuro do próprio filho.

5.1. Decisão em ser militar

Todos os 20 (vinte) entrevistados afirmaram sofrer a influência do pai como fator importante para sua decisão. A vivência em quartel na infância, o conhecimento da carreira através da família e a admiração pelas atividades que o pai desempenhava, assim como o ingresso no Colégio Militar foi evidenciado nos relatos dos cadetes.

Podemos considerar vários aspectos a partir desses relatos. Um deles seria o próprio contexto que envolve a moradia da família dentro ou muito próxima dos quartéis (os chamados PNR, Próprios Nacionais Residenciais), ou seja, as ditas “vilas militares” das guarnições. O filho do militar, geralmente, nasce e cresce inserido na cultura da instituição e absorve desde pequeno os valores desta, estando inclusive, fisicamente próximo das atividades do quartel.

No que se refere ao ingresso nos Colégio Militar, podemos afirmar que seja uma forma de dar continuidade a esses valores tendo em vista a segurança, a estabilidade e a tradição que esses espaços prezam, em comparação às constantes irregularidades sócio-educacionais que atualmente a família brasileira vivencia na sociedade de um modo geral. Manter desde cedo o aprendizado destes princípios, ainda no Ensino Fundamental e Médio, trará certamente maior tranquilidade para a família que resolve matricular o filho na referida escola.

Um outro aspecto também observado nesta temática foi o quanto o pai está presente nos projetos pessoais e profissionais do filho. Há uma “presença psicológica” no cotidiano do filho, na rotina da Academia e na construção de sua identidade, como refere Corneau (1997, p. 27). O pai, apesar de ser “figura de autoridade, princípio moral”, como chama a atenção Costa (1994, p.95), expressa afetividade na medida em que se torna referência e participa ativamente do contexto militar.

Vemos também nos relatos dos cadetes, o que Parseval (1986, p.10) chamou “das diferentes facetas da paternidade”, ou seja, um conjunto de crenças que fortificam a representação social da paternidade e sua importância nos diversos contextos. A decisão em

ser militar foi fundamentada nesta relação construída com o pai e no significado que esse membro tem na família.

Os recortes que seguem testemunham bem nossas reflexões:

[...] *eu desde pequeno... é... meu pai e meu avô são militares, né? Então desde pequeno eu fui criado ali... observando meu pai e meu avô... achava legal a profissão do meu pai...* (cadete nº 06).

[...] *sempre teve a influência dele (pai), que ele sempre foi militar... eu ia pro quartel com ele..* (cadete nº 01).

[...] *porque desde pequeno eu ia pro quartel com meu pai... eu tinha amigos que a maioria eram filhos de militar também... e convivia muito nesse meio...* (cadete nº 04).

[...] *foi quando eu soube do concurso da preparatória, né? Já... tinha vivência de família militar... acostumado ao sistema militar...* (cadete nº 02).

[...] *depois que eu entrei no Colégio Militar... aí... eu via a vida do meu pai também... aí eu decidi fazer...* (cadete nº 03).

[...] *eu observava as atividades que meu pai desenvolvia... e eu gostava das atividades... aí que eu comecei a me identificar mais...* (cadete nº 05).

[...] *eu gostava de ver meu pai fardado... eu sempre gostei muito... porque minha família é toda militar e eu sempre gostei das atividades, da farda... então eu via meu pai... e achava legal, meu irmão também fez... então decidi...* (cadete nº 08).

[...] *eu sempre tive convivência no meio militar... eu gostava dali... eu achava eu me via na profissão militar, naquela convivência ali...* (cadete nº 15).

5.2. Fatores que influem na escolha

Quando indagados sobre os fatores que influenciaram na decisão para ser militar, os relatos começavam expressando dúvidas quanto à definição de um único fator. Em sua maioria, descreviam influência do pai, segurança econômica, amizade no Colégio Militar, vocação, gosto pelas atividades, admiração pela carreira militar, independência e estabilidade financeira como um conjunto de valores que os encaminharam para a decisão em prestar o concurso. Todos esses fatores foram identificados pelos cadetes como decisivos entre as diversas alternativas profissionais.

Logo, foi possível perceber diferenças nos relatos dos cadetes que poderão estar associadas aos aspectos psicossociais da família e à estruturação ocupacional de cada um deles. Alguns desses fatores certamente foram construídos na dinâmica familiar.

Os recortes que seguem exemplificam o que foi dito:

[...] *Hoje em dia eu diria que a segurança econômica é um fator... é... você pode trabalhar mais tranquilo na situação econômica do país...* (cadete nº 08).

[...] *No meu caso, foi a vocação... eu escolhi preferencialmente tendo em vista o que gostaria de fazer...* (cadete nº 18).

[...] *Eu acho uma carreira muito bonita... a carreira de militar...* (cadete nº 07).

[...] *Fui motivado pelo de estar me sentindo bem aqui... no meio militar... de gostar da atividade... de gostar de colocar a mochila e andar... e ir pro meio do mato...* (cadete nº 12).

[...] *Ah... o fator segurança, né? Acho que é uma profissão que recompensa a pessoa...* (cadete nº 14).

[...] *desde pequeno já teve uma influência muito grande, né?... conversando com meu pai, você vai acabando gostando da atividade...* (cadete nº 04).

5.3. Influência do pai

A consciência da influência do pai foi apresentada em todos os relatos dos cadetes, porém, observamos diferenças na compreensão de como se processou essa influência. Para 13 (treze) dos cadetes o pai, sendo militar, influenciou possibilitando o conhecimento detalhado da carreira, na medida em que, desde a infância, existia um maior contato com o meio militar. Nesse grupo de relatos percebia-se uma tentativa de justificar o “modelo de influência” utilizado pelo pai no momento da decisão. Foi enfatizada a não-obrigatoriedade, mas uma espécie de orientação por parte de um membro familiar (avô, pai, tio).

Dentre os 07 (sete) restantes foi verbalizada uma influência implícita consistindo na admiração à figura do pai e o desejo de repetir sua história de vida. Neste aspecto, podemos concordar com Andolfi e Ângelo (1988, p. 37) quando esses autores referem-se ao “código comportamental” e explicam como as imagens são incorporadas como modelo de conduta. O pai é o representante de sucesso, força e bravura, e, por isso, pode funcionar como diretriz de vida para o cadete.

Uma outra reflexão que fizemos diz respeito à questão da construção da masculinidade enfatizada por Oliveira (2004, p.28). Aqui a representação social em torno do pai militar e do masculino se entrelaçam, pois parece-nos que esse “lugar simbólico” de “heroísmo e destemor” evidenciados na formação militar garante uma masculinidade que poderá está sendo perdida. Assim, os cadetes tentam resgatar, através da repetição, uma identidade

masculina mais homogênea e melhor definida, diferente do que Garcia (2001, p.31) chamou de “diversidade de masculinidades”.

Podemos nos reportar também ao que Eiguier (1998, p. 130) vai chamar de “depositários forçados de um destino implacável”, ou seja, o “ser militar” parece ser a mensagem inconsciente para se ter um lugar em suas representações.

É possível perceber ainda o que Roudinesco (2002, p. 22) pontua sobre a posição de pai na ordem familiar. Nos relatos os cadetes explicitam uma identidade sobre o pai baseada “na medida em que é um pai pela fala”. A transmissão da autoridade na figura do pai é algo muito presente nas entrevistas, seja nas ditas “orientações” oferecidas durante a formação na AMAN e na escolha pela carreira, seja na repetição do mesmo nome enquanto oficial (nome de guerra).

No que se diz respeito ao “exercício da paternidade” evidenciado por Silveira (1998, p.27), observamos que o pai militar vivencia, também, transformações na relação com o filho. Por vezes, foi evidenciado nas entrevistas o caráter de troca, a afetividade e a importância da presença paterna nas decisões do filho. É notório nos relatos o processo de mudanças observadas no papel de pai, inerentes ao contexto social sobre as quais Silveira (1998, p. 28) chama a atenção, embora, na perspectiva do cadete, não pareça existir diferenças na “gestão de autoridade”.

[...] Eu acho que influenciou sim... também... eu vi... eu sempre participava quando era menor das atividades do meu pai, tava junto com ele ali...(cadete nº 17).

[...] quando você tem um pai, no caso, militar, sempre tá te falando sobre como é aquilo... com certeza influencia bastante, te dá ali pelo menos uma noção e te dá mais um reforço para você decidir nesta escolha... acho que facilita. (cadete nº 12).

[...] Com certeza... não influenciou completamente... mas ele sempre teve gosto que eu fosse... falava sempre o lado bom, o lado ruim... e a decisão era minha... e ele apoiou quando decidi fazer... (cadete nº 09).

[...] Ele (pai) sempre sanou minhas dúvidas... toda dúvida que eu tinha a respeito da carreira eu procurava primeiro ele... eu admiro muito ele, porque ele até como coronel, ele tá sempre dando força... (cadete nº 07).

5.4. Dificuldades encontradas

Essa temática nos trouxe alguns pontos fundamentais da pesquisa. Nela verificamos o quanto os cadetes lidam com frustrações e aprendem a enfrentar as responsabilidades desde o

primeiro ano de ingresso na Academia. A maior dificuldade relatada por 17 (dezesete) cadetes se refere ao afastamento, saudade da família, assim como a perda da proteção dos pais. Segundo os entrevistados, a distância física juntamente com a dependência emocional, é um dos limites a ser superado, principalmente nos primeiros anos, e, para alguns, o saber lidar com esses desafios é condição fundamental para crescer na vida profissional. Para eles, uma causa é consequência da outra: quanto mais rápido você se desvincula dos laços familiares, mais rápido você se adapta à vida militar.

É possível perceber que, para os entrevistados, o requisito para cumprir a “delegação”, como refere Stierlin (citado por DIAS, 2005), e assim manter o compromisso, é o afastamento da família e a dedicação às atividades militares. É como se a missão que foi encomendada, ou seja, talvez um destino marcado por sua própria família, no sentido de ser bem sucedido implicasse, necessariamente, no afastamento da mesma. Parece uma espécie de pacto com valores e normas que devem continuar na dinâmica familiar. E todos os membros (pais e filhos) compactuam dessas regras.

Diante desse aspecto – afastamento e proximidade da família – observamos o quanto parece ambivalente o que Bowen (citado por Papero, 1998) apontou como “grau de autonomia emocional”. Para os cadetes entrevistados na AMAN é fundamental o afastamento da família para o sucesso profissional enquanto que, posteriormente, durante a carreira, a família acompanha todos os deslocamentos regionais do militar, inclusive com direito a residir no PNR dentro do quartel, ou nas proximidades da organização. Sendo assim, salvo no caso de algumas atividades específicas (cursos e missões, por exemplo), em que o militar necessite dedicação exclusiva, a convivência ocorre de forma freqüente.

Um outro aspecto também observado foram as “lealdades invisíveis” definidas por Krom (2000, p. 16). Nesse sentido, podemos dizer que o “caráter sagrado” revelado nas entrevistas sobre o seguir a carreira de oficial combatente aparece fortemente, reforçando inclusive os vínculos psicológicos estabelecidos entre os membros familiares. É interessante salientar que nenhum dos cadetes relatou queixas, reclamações ou qualquer tipo de incentivo, por parte dos familiares, para refletir sobre o curso ou abandono da carreira militar. O “mandato” sobre o qual Krom (2000, p. 18) chama a atenção parece servir para manter as alianças e, por isso, talvez nem mesmo os irmãos que optaram por outras escolhas profissionais o questionam.

Outras dificuldades foram citadas e estão relacionadas com o afastamento da família. Foram elas: o sistema de internato, o isolamento e a falta de liberdade, o ritmo das atividades e a responsabilidade precoce.

[...] *o sistema de internato é algo bastante difícil... a liberdade é meio complicada...* (cadete nº 03).

[...] *é ficar isolado lá dentro... isolado do resto do mundo...isolado de tudo, né?* (cadete nº 08).

[...] *a primeira é adaptação, né? Viver fora de casa... ali... nos primeiros momentos...* (cadete nº 12).

[...] *no início você acha que é muita responsabilidade... você tem muita coisa que precisa aprender... a fazer sozinho que normalmente você não faz quando está dentro de casa...* (cadete nº 19).

[...] *As dificuldades na Academia... é a rotina. Porquê a rotina é muito pesada... massacra muito, fica um ambiente repetitivo...* (cadete nº 16).

[...] *A maior dificuldade seria essa parte de ficar longe de casa, né? de não poder tá ali sempre com a família... se você consegue levar exatamente isso... não vai ter dificuldade, né?* (cadete nº 13).

5.5. Mudanças observadas em si

Todos os entrevistados relataram ter percebido mudanças no comportamento pessoal. Entre as mais observadas estão: amadurecimento precoce, responsabilidade, organização, forma de pensar, e empenho nos estudos. Nesse núcleo de sentido foram enfatizadas as mudanças como ganhos ou prêmios decorrentes do empenho na vida militar. Por vezes, os cadetes verbalizaram comparações com o período anterior ao ingresso na Academia e chegaram a expressar com satisfação as diferenças. Nenhum cadete revelou dúvidas ou indícios de perdas diante das mudanças, mesmo afirmando ter consciência do caráter prematuro e acelerado de tais condutas.

Poucos entrevistados associaram as mudanças ao amadurecimento natural de qualquer jovem, sendo idealizados, pela maioria dos cadetes, os princípios da vida militar como principais responsáveis por tal processo. Neste aspecto, acreditamos existir uma relação com a filosofia da instituição, que prega valores de respeito e admiração pela carreira militar. Segundo o Estatuto dos Militares (1980, art 27) o “espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve” são atribuições que devem ser mantidos na sua profissão.

Também foi observada a ênfase que é dada pelos cadetes, aos princípios do Exército como instituição formadora de valores sociais, esquecendo assim as alternativas institucionais que também pregam princípios universais da ética. A palavra “doutrinado” aparece em uma das falas, como exemplo de tal observação.

[...] a pessoa se torna mais responsável, aprende a resolver seu próprios problemas, porque não tem pra quem....aqui muitas vezes, pedir, né?...é diferente de você, muitas vezes, passar na faculdade....e tá em casa.(cadete nº 13).

[...] com o passar do tempo a gente vai amadurecendo mais....o comportamento vai mudando...(cadete nº 17).

[...] Ah...a gente parece que fica mais maduro, no caso mais responsável...são as principais...(cadete nº 04).

[...] maturidade e postura....mas como o meu pai é militar, eu já tinha essa postura que ele me passou exatamente o que é passado aqui...(cadete nº 20).

[...] o que mudou mais foi a mentalidade....uma coisa que eu...eu acho que mudou bastante, a maneira como eu vejo, como dou valor a coisa que eu tenho agora, e as coisas que vejo lá fora...(cadete nº 14).

*[...] eu acho que sim.....porque tem muita coisa que eu sei que meu pai fazia...que minha mãe, minha irmã, eu, não entendia....porque eu ficava questionando....mas depois que você entra, e começa a ser **doutrinado**....é....nessa profissão você começa a entender e vê as coisas de outra maneira...(cadete nº 09).*

5.6. Semelhança com a vida militar do pai

Nessa temática os entrevistados reconheceram várias semelhanças na formação e no cotidiano da Academia. Em sua maioria, relataram uma similaridade nos objetivos do curso chamando a atenção para as diferenças na metodologia de sala de aula e dos recursos tecnológicos que na época da formação do pai não existiam. Alguns destacaram igualdade na rotina diária, atividades e princípios exigidos. A maioria relatou repetição de valores e de modelo de formação. Apenas 01 (um) cadete referiu um processo de modernização e maior exigência na preparação física do profissional.

Foi observado que nenhum dos cadetes apresentou reflexões a respeito da repetição de ideais, ou ressaltou a necessidade de mudanças no perfil da profissão de acordo com as exigências sociais da época, dando indícios que o modelo de formação do militar seja fechado e sedimentado na capacidade de se adaptar a qualquer contexto social.

Pudemos verificar uma dificuldade do cadete em estabelecer o que Papero (1998, p. 74 e 78) chamou a atenção na “Teoria de Sistemas Familiares de Bowen” sobre o “conceito de diferenciação do eu”. Parece-nos que o grau de ligação emocional entre o cadete e o pai é muito forte e, por isso, há uma repetição de ideais, sem a pretensão de refletir sobre a individualidade. Desta forma, a perpetuação de valores acontece sem serem indagados os motivos, tornando-se assim um verdadeiro “legado” familiar (PAPERO, 1998).

A aparente passividade implícita na aceitação do filho em repetir a história profissional do pai, pareceu-nos uma condição fundamental e “saudável” para o equilíbrio do grupo familiar e, por isso, algo valorizado enquanto princípio de vida. Repetir implica em manter uma imagem embasada no “sucesso”, seja enquanto identidade masculina e/ou identidade militar.

Um outro aspecto também observado, diz respeito ao que Dorais (1994) chamou a atenção sobre o modelo de pai. Aqui, o pai tem um valor de “pertença e continuidade” pois transmite para o cadete a idéia de prolongamento e de inclusão no grupo familiar, na medida em que esse resolve seguir a mesma carreira profissional.

[...] *é...isso não muda não....pra todo sempre vai ser igual...(cadete nº 01).*

[...] *algumas coisas sim... outras não... algumas cadeiras durante o curso da AMAN mudaram no sistema de ensino, mas todo oficial... ta saindo no mesmo molde... (cadete nº 06).*

[...] *Ah... pelas histórias que ele conta na época dele, o estilo de vida era parecido, né?... é tanto que é as mesmas coisas, as mesmas situações de vida... apesar das distâncias de épocas, né? (cadete nº 10).*

[...] *Acho que é... quando conto os fatos daqui da academia pro meu pai, ele fica rindo até.... “nossa não mudou nada”... então eu acho que guardado as devidas proporções, acho que é parecida... (cadete nº 18).*

5.7. Ganhos obtidos com a dedicação à carreira militar

Os entrevistados enfatizaram os ganhos pessoais, como principal retorno pela dedicação à vida militar. Foram referidos: amadurecimento, responsabilidade, independência dos pais, vida mais regrada e organização. Também foram citados: reconhecimento, recompensa, e melhor classificação no curso, como ganhos de ordem profissional. Alguns cadetes expressaram dúvidas quanto à identificação desses ganhos inseridos ao processo de

formação atual, já que, segundo eles, só poderiam ser verdadeiramente visualizados no futuro, quando estivessem exercendo as atividades como profissional.

Nesse núcleo observamos, através dos relatos, uma preocupação em reconhecer e relatar os ganhos adquiridos como se explicassem os motivos de tal escolha. A dedicação à vida militar aparece como condição fundamental para o sucesso profissional. Em nenhum momento falaram sobre as dificuldades em “dedicarem-se” ou mesmo sobre as conseqüências vivenciadas por alguém que não consegue exercer essa atividade, a não ser o “fracasso” do desligamento ou desistência do curso.

[...] *A dedicação na Academia, ela tem um fator que... que é positivo que você percebe quase que diretamente a resposta à sua dedicação... no caso, a sua classificação e das vantagens que você recebe mediante isso...* (cadete nº 05).

[...] *É difícil te falar porque a gente ainda está em formação, né?... mas acho que ganhos pessoais a gente vai ter mais após a conclusão do curso...*(cadete nº 16).

[...] *ah... você começa a ser independente ali no caso... começa a não ficar mais dependente de ninguém e você sair cedo de casa e a partir daí você tá tocando tua vida, né?* (cadete nº 11).

[...] *eu acho que sim... porque lá... eu aprendo a... ter responsabilidade...* (cadete nº 20).

[...] *a Academia exige dedicação... então o cara que... se dedica ele tem sua recompensa, e o cara que não se dedica, ele... não tem sua recompensa... eu acho assim...* (cadete nº 07).

5.8. Características essenciais do militar

Nessa temática os entrevistados citaram uma diversidade de características que são fundamentais para seguir a carreira militar. Foram elas: saber se desligar da família, ser organizado, ter disciplina, saber seguir regras, liderança, ter valores morais, capacidade de adaptar, saber cumprir ordens, ter vocação e vontade de ser oficial. Todas essas qualidades foram enfatizadas como algo que possa ser identificado durante o desenvolvimento do curso, não havendo, assim, uma obrigatoriedade de ser uma aptidão inata.

Segundo os entrevistados, não há como prever, no início do curso, quem irá desistir ou não se adaptar ao sistema, embora todos acreditem que o cadete que resolve trancar o curso não possua ou não desenvolveu essas características. É como se a Academia fosse o local de se “testar” todos esses requisitos, no qual, depois de concluída essa etapa desafiante, os

aprovados comprovassem a capacidade para seguir carreira militar e, por isso, seriam legítimos portadores dessas qualidades e, conseqüentemente, dignos dessa identidade.

Esses resultados podem ser correlacionados às reflexões sobre o conceito de “identidade” de Woodward (2000, p. 9) no que diz respeito às concepções “essencialista e não essencialista”. Podemos dizer que, para o cadete, a identidade masculina e a identidade militar estão enraizadas num “conjunto cristalino, autêntico, de característica que todos partilham e que não se altera ao longo do tempo”, ou seja, estão baseadas numa tendência essencialista de identidade. Vivenciar o período na Academia e não desistir do curso parece ser uma forma de tornar verdadeira essa identidade.

Quanto ao se identificar como possuidor destas características, todos os cadetes afirmaram possuí-las e, por conta disso, justificaram sua permanência na carreira militar. E em relação aos seus próprios pais, todos afirmaram não ter dúvidas que eles possuíam essas características.

Outro aspecto evidenciado nas entrevistas foi o que Oliveira (2004) pontuou sobre o conceito de masculinidade. Esse autor enfatiza o modelo de masculino da época moderna construído em posturas de firmeza, autocontrole e sentimentos de nacionalismo. Essa concepção de masculinidade é implicitamente relatada pelos cadetes, na medida que o militar é capaz de suportar as frustrações e os limites da dedicação à sua vida profissional e sem essa capacidade, o jovem deve abandonar a carreira militar e partir para outros projetos profissionais.

Também foi observado o que Stierlin (citado em DIAS, 2005, p.06) chamou de “modos de interação/ligação” e “expulsão/rejeição” entre o indivíduo e a família. Neste aspecto, os cadetes evidenciaram a ocorrência desses fenômenos ao mesmo tempo, expressando um movimento dialético, que nem sempre pareceu-nos equilibrado. Podemos ilustrar na fala de um dos cadetes:

[...] eu acho que pra entrar... claro tem um mínimo de pendor... de... tem que aceitar o modo de vida que ele tá escolhendo... mas acho que justamente pra isso serve a formação, né? A academia e um ano na ESPCEEx... justamente pra moldar as pessoas à vida militar... acho que ninguém entra com o perfil ideal... (cadete nº 13).

[...] eu acho que cada um tem sua personalidade... tem suas características... e a pessoa acaba encaixando a personalidade dela de modo diferente nessa profissão militar... (cadete nº 03).

[...] não diria um perfil ideal... mas existe um padrão mínimo... um requisito mínimo que a pessoa tem que ter pra ser militar pra poder se adequar às atividades que ela vai desenvolver... as tarefas que ela vai receber, as coisas que ela vai ter que aceitar... pra desenvolver... (cadete nº 16).

[...] *tem umas qualidades que são pré-requisitos porque se não tiver... se for pra AMAN não vai ficar... o cara tem que saber se desligar da família... e os pais têm que deixar ele ir também...* (cadete nº 03).

5.9. Preocupações acerca da carreira militar

No que diz respeito às preocupações dos entrevistados, foram relatadas algumas voltadas para a vivência na Academia, tais como: classificação, capacidade de praticar com segurança as habilidades desenvolvidas no curso, escolha do local onde irá servir depois de formado, melhorar o empenho nos estudos e adquirir cada vez mais conhecimento. Em relação à carreira militar, foram relatadas: transferências (mobilidade geográfica prevista a cada 03 anos, em média) e dificuldades para formar família; mudança na valorização da sociedade em relação à importância da profissão; reconhecimento do governo acerca das questões salariais e estabilidade no ambiente de trabalho.

Os entrevistados não expressaram queixas relacionadas ao medo de repetir as vivências e dificuldades enfrentadas pelo pai na carreira militar, e nem das perdas diante do papel de filho de militar. Esses dados poderão ter uma diversidade de interpretações sobre os quais podemos refletir.

A primeira análise, diz respeito ao modo como o cadete se relaciona com a figura do pai. É como se o próprio cadete não se permitisse realizar críticas diante da escolha da profissão e utilizasse mecanismos defensivos para justificar as possíveis faltas do pai nos diversos momentos da família. Esse aspecto ficou implícito na medida que, em nenhum momento, os cadetes associaram as dificuldades relatadas à vida militar do pai. É como se as preocupações enquanto filho de militar, no passado, e as de oficial em formação, no presente, não estivessem embasadas numa vivência real de conflitos.

Esses resultados podem ser confrontados ao “conjunto de características típicas da vida militar” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006) no qual a família sofrerá consequências da dedicação à carreira e, por isso, deverá ser compreensiva e estar ciente dessas possibilidades.

Outra interpretação está relacionada a uma diferente perspectiva. O fato dos cadetes não verbalizarem conteúdos de perdas diante do papel de filho de militar, talvez tenha sido porque eles não tenham vivenciado ausência da figura do pai, e por isso, não foi registrado como uma “lacuna afetiva”, uma vez que a família acompanha o militar em quase todas as atividades, inclusive residindo em vilas militares próximos aos quartéis, como já foi referido

anteriormente. O pai, muitas vezes, matricula o filho nos Colégio Militar como forma de acompanhar melhor as atividades e, talvez por isso, o cadete não tenha verbalizado como preocupações para com o futuro.

[...] minhas preocupações... bom... aqui na AMAN é dar uma melhorada na classificação... (cadete nº 15).

[...] acho que agora... a minha única preocupação é no que diz respeito à maneira como a sociedade vê o oficial das forças armadas... o militar em si... (cadete nº 08).

[...] a gente se preocupa muito com a parte financeira... porque é uma carreira muito bonita... a gente vê quando a gente tá andando, a gente vê assim na cidade, o que faz a necessidade do Exército pra a sociedade, porém a gente fica com medo é... deste reconhecimento, deste reconhecimento não ocorrer por parte da população, né? (cadete nº 03).

[...] geralmente as preocupações é... formar família, né? constituir família, né?... porque hoje pelo fato da mulher querer tá sempre no mercado de trabalho também, isso pode uma coisa que gere problema... a mulher por exemplo, quer trabalhar e muitas vezes eu vou está sendo transferido e tal... isso pode trazer problemas...(cadete nº 20)

5.10. Mudanças observadas por parte da família

No que tange às modificações observadas pela família, 12 (doze) dos entrevistados não sabiam dizer com exatidão se os pais tinham percebido mudanças. Nestes relatos, observamos dificuldades em refletir sobre as expectativas e imagens criadas pela família e, conseqüentemente, o nível de correspondência destas. Ou talvez a comunicação estabelecida entre os membros da família não permitisse esse tipo de diálogo. Os outros 08 (oito) cadetes negaram grandes mudanças e verbalizaram apenas uma conduta mais amadurecida, afastada, assim como uma postura mais séria.

Diante desses resultados podemos afirmar que as “lealdades invisíveis” que Krom (2000, p.16) chamou a atenção são mantidas de forma intacta nessas famílias, chegando ao ponto de não serem repensadas para que não corram o risco de serem enfraquecidas. Os mecanismos defensivos expressados pelos cadetes, mediante a “não-percepção” dessas expectativas poderão representar o medo de não estarem correspondendo, ou o não cumprimento do “mandato” familiar.

Assim, o ponto de partida para a proteção do “objeto de transmissão psíquica” comentado por Eiguer (1998, p.24), que ao nosso ver pode ser representado pelo “ser

militar”, talvez esteja no silêncio dos membros familiares, e assim a mensagem inconsciente é repassada através do afastamento físico e enfatizado pela falta de diálogo sobre esse assunto. É como se o lugar ocupado pelo filho militar na família não pudesse ser confrontado, pois não é permitida falha na transmissão e muito menos o risco de não ser perpetuado.

[...] *Não... minha mãe nunca falou nada... eles nunca falaram nada...*(cadete nº 19).

[...] *Ah não sei dizer isso não... eu acho que devido à minha personalidade eu sou uma pessoa muito tranqüila... calma, não me estresso facilmente... não gosto de tá levando meus problemas para casa... uma pessoa assim... que quase não estresso... eu acho que pode ser que eles acham que mudou alguma coisa... acho que eles acham que fiquei mais independente, coisa assim...*(cadete nº 14).

[...] *não... não um pouco mais amadurecido talvez... mas diferente assim, dos meus atos não...* (cadete nº 18).

[...] *acho que um pouco sim... (silêncio). Não sei... eu diria que é difícil fazer esse tipo... nunca falaram não... é difícil dizer...*(cadete nº 09).

5.11. Papel da família

No que diz respeito ao papel da família, observamos que todos os entrevistados falaram sobre a importância da família para o sucesso da carreira militar. A família de origem e a família construída após a formação do oficial, funcionam como objeto de apoio e sustentação. A compreensão e a confiança no chefe da família, diante as exigências da carreira, são qualidades, que segundo os cadetes, não podem faltar na família do militar.

É possível perceber uma certa ambivalência nos relatos dos cadetes. Podemos afirmar que a família assume uma função de proteção, e, ao mesmo tempo, é preciso o seu afastamento para o crescimento profissional. Assim, como referem Falcke e Wagner (2005) a família torna-se o objeto mediador do processo de subjetivação, fornecendo ao longo das gerações os valores que devem ser repassados e fortificados no decorrer da vida do cadete.

[...] *Ah, a família tem que entender que... quando o Exército precisar dele, ele vai chamar, né? ele não vai tá 24 horas junto com a família... às vezes o Exército exige mais do que o necessário... e a família fica um pouco desamparada ali... mas... iso já é desde que o militar entra na carreira militar... no caso ele tá sabendo disso já... ele vai ter que preparar a família dele também...* (cadete nº 05).

[...] *A família no desenvolvimento da carreira é... ela tem importância no apoio, no meu caso... eu vejo principalmente como apoio, uma base de sustentação para todas as atividades...* (cadete nº 18).

[...] a família tem que tá sempre apoiando, meu pai e minha mãe sempre me deu muita força ali... então eu acho que... sem a família a gente não é nada... (cadete nº 04).

[...] acho que é fundamental para ele se desenvolver é ele ter o apoio da família... a família está constantemente apoiando ele, e família estar em condições de... a família ter um entendimento de que certas coisas que são feitas na carreira... (cadete nº 12).

5.12. Expectativa para o filho

Diante dessa temática, os entrevistados apresentaram uma diversidade de respostas. Entre elas podemos citar: dúvidas em relação às perspectivas da época, orientação sobre a carreira, dar liberdade de escolha, orgulho de ver o filho seguindo a profissão, influência do meio militar e estímulo para a carreira. Logo, foi observada uma tendência geral para estimular o filho para seguir a carreira militar e dar continuidade ao projeto da família.

Através desses resultados, podemos, mais uma vez, associar ao conceito de “delegação” criado por Stierlin (citado por DIAS, 2005, p.06). A expectativa familiar é regida pelos laços de lealdade e será sempre transmitido por papéis que devem ser perpetuados entre as gerações. No caso da família militar, ter um filho oficial do Exército parece-nos uma missão que deverá ser repassada.

[...] eu vou estimular ele a tomar a melhor decisão pra vida dele... eu vou estimular ele a seguir carreira que ele vai ser feliz... acredito que dessa maneira como meu pai fez comigo e com meus irmãos... (cadete nº 09).

[...] não sei... eu vou fazer como meu pai fez... eu vou mostrar como é a carreira... não é um estímulo, ele vai escolher o que ele quiser... como meu pai fala até hoje... (cadete nº 05).

[...] não sei... vai depender das perspectivas na época... (rsrs) não sei... acho que sim... (cadete nº 01)

[...] estimular eu não diria... eu daria a liberdade pra ele escolher... indicaria... mostraria o caminho pra ele... que tem essa opção e várias outras também, mas não um caminho só que ele tem de traçar... mas se pudesse eu gostaria que ele fosse... (cadete nº 15)

[...] ah não sei... hoje em dia eu não sei... acho que é bonito o pai ver o filho ali... seguindo a profissão dele e tal... (cadete nº 18)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a influência exercida pelo pai, militar do Exército, na decisão do filho homem em seguir carreira militar. Para isso foram entrevistados 20 (vinte) cadetes filhos e netos de militares que estão cursando a AMAN. Todos são solteiros, sem filhos, membros de família nuclear, possuem média de idade de 21 anos e recebem ajuda financeira dos pais, além do soldo previsto para militares em formação. Esse perfil de jovem nos indica uma organização familiar com poucas alterações em seus papéis parentais, expressando um desenvolvimento estável nas relações.

Através dos resultados obtidos e a partir de nossa leitura, concluímos que existe uma poderosa influência do pai, muitas vezes, decisiva nos projetos pessoais e profissionais do filho que escolhe ser “Oficial Combatente do Exército”. Observamos o quanto a imagem do “pai, homem militar” é cultuada e legitimada como objeto a ser perpetuado nas gerações. O menino, desde pequeno, compreende a identidade masculina como símbolo de força e destemor, representada, inclusive, pela rusticidade da vida militar e o uniforme. Pareceu-nos que essa repetição assegura, com as devidas proporções, uma masculinidade única e homogênea que encontra-se em processo de transformação na atualidade.

Ao fazermos uma análise da ordem de nascimento dos cadetes, observamos que 15 (quinze) dos entrevistados encontram-se no lugar de 2º (segundo) filho e, 07 (sete) deles vieram após o nascimento de uma irmã, sendo que uma delas é militar do Corpo de Bombeiros. Ainda temos 08 (oito) cadetes no qual 05 (cinco) tem irmãos militares (conforme quadro 02). Esses dados nos proporcionaram reflexões acerca da “delegação” a ser repassada, ou seja, “o ser militar” está frequentemente associado ao filho homem e, preferencialmente ao 2º filho na ordem de nascimento.

Um outro aspecto também observado foi em relação ao número de irmãos ou irmãs. Nenhum dos cadetes é filho único e 10 (dez) possuem apenas um irmão mais velho, sendo que inserido neste grupo, 05 (cinco) são militares. Os demais são universitários ou estudam em Colégios Militares. Essa informação talvez indique uma particularidade da dinâmica da “delegação” em torno do “ser militar”.

O pai, como figura importante no processo de identificação e escolha profissional de qualquer família, parece-nos influenciar mais especificamente neste contexto. Referimo-nos a uma presença marcante antes, durante e depois da entrada na Academia Militar. Esse pai

direciona sistematicamente o cotidiano do filho, seja nos primórdios da infância com a participação deste em solenidades militares, uso do uniforme e rotina do quartel. Seja até antes, na infância e na adolescência, com o ingresso no Colégio Militar para melhor preparação para o concurso da Escola Preparatória de Cadetes do Exército – EsPCEx. Ao ingressar na carreira militar propriamente dita, esse pai permanece presente como referencial nas escolhas por cursos, regiões que irão servir e planos de carreira profissional.

Apesar de ser uma pesquisa de natureza qualitativa, razão pela qual não se pode generalizar os dados coletados, podemos afirmar que existe um “mito” (KROM, 2000, p.30) inserido nestas famílias em torno do “ser militar” e a meta familiar é manter, pelo menos, um dos filhos do sexo masculino (caso seja possível todos) de cada geração, tendo em vista inclusive os 10 (dez) cadetes que possuem irmãos, tios ou qualquer outro parente militar. Logo, podemos dizer que todos os membros familiares devem contribuir para a permanência da “delegação” (citado por DIAS, 2005, p.06), ou seja, algo que é repassado de avô para pai, e de pai para filho, como objeto significativo e digno de honra.

No que diz respeito aos sentimentos experimentados pelo filho acerca da vida militar, observamos o quanto os entrevistados lidam com frustrações e aprendem a enfrentar as responsabilidades desde o primeiro ano de ingresso na Academia. Apesar de reconhecerem a carreira militar como uma escolha que pressupõe perdas, dedicação contínua e rigidez de princípios, os cadetes acreditam e idealizam os ganhos, e por isso, segundo eles, são recompensados posteriormente com o amadurecimento pessoal.

Os cadetes entrevistados não verbalizaram conteúdos sobre medos e dúvidas, expressaram apenas, sentimentos de orgulho e honra em vários momentos da entrevista. Quanto a esse aspecto, fica uma reflexão: Será que “escolher ser Oficial Combatente do Exército” difere do processo de escolha de outras profissões? Ou seja, os medos e as dúvidas não fazem parte do processo? Ou eles os negam como mecanismos defensivos?

A expectativa familiar gira em torno do ritual de passagem da Espada na solenidade de formatura, ao final do curso da Academia. Esse ritual deve ser mantido nas mais diversas gerações, pois ter um filho homem oficial combatente, implica necessariamente o cumprimento de uma “missão” (citado por DIAS, 2005, p.06) e, sendo assim, instrumento de testemunho de uma “lealdade” (KROM, 2000, p.32).

Convém ressaltar que também foi observado o que Stierlin (citado em DIAS, 2005, p.06) chamou de “modos de interação/ligação” e “expulsão/rejeição” entre o cadete e sua família. Observamos que na medida que o filho corresponde às expectativas, ele garante um

“lugar” na dinâmica familiar, tornando-se o “verdadeiro herdeiro da tradição” e, por isso, digno de orgulho para a família.

Diante dos resultados dessa pesquisa podemos apontar a necessidade de outros estudos que possam propiciar uma diversidade de reflexões que não foram apontadas. A presente pesquisa não se esgota por si só, e muito menos tem a intenção de responder às lacunas que surgiram diante do tema de estudo: família militar.

Sendo assim, salientamos algumas limitações no nosso trabalho, tendo em vista, inclusive, que se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa. Sugerimos a realização de pesquisas que possam acrescentar nossos achados e que poderiam ser dirigidas por algumas perguntas norteadoras, tais como: Como acontece o processo de escolha profissional dos cadetes filhos de civis, ou seja, que não são filhos de militares? Será que eles apresentam maiores dificuldades de adaptação na Academia? E qual a influência sofrida quanto ao interesse de realizar o concurso entre os de filhos de civis na Academia? Será que a dinâmica familiar dos cadetes filhos dos civis apresenta uma característica que difere bastante da família militar? E se os participantes entrevistados fossem os pais militares, ou as esposas e as mães? Ou ainda: E os filhos de militares que não seguem a carreira militar, qual o destino da “delegação”?

Tendo em vista a carência de estudos e bibliografia sobre o tema e, sobretudo, a necessidade de reflexões acerca da carreira militar e suas ressonâncias na dinâmica familiar, ficamos na expectativa de que esta pesquisa possa contribuir para a melhoria na qualidade da formação de oficiais do Exército, bem como fornecer subsídios, embasamento e estímulo a novos estudos nesta área.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2ª Edição. São Paulo: LTC, 2000.
- ANDOLFI, M.; ÂNGELO, C. **Tempo e mito em psicoterapia familiar**; Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- BARBOSA, S.F. Experiência de intervenções com homens: para além de abrir vidros de azeitonas. In: ARILHA, M., UNBEHAUM, S.G., MEDRADO, B. (orgs) **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS / Ed.34, 2001.p. 259-269.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Lei do Ensino do Exército**. Brasília – DF Capturado em 02 de julho de 2005. Online. Disponível na Internet “[http://www.exercito.gov.br/02 Inges/profmili.html](http://www.exercito.gov.br/02%20Inges/profmili.html)”.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Estatuto dos militares**. Brasília – DF 1980.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Braço forte, mão amiga**. Brasília – DF. Capturado em 09 de outubro de 2006. Disponível na Internet [http:// www.gov.br/02 ingress/concurso/indice.htm](http://www.gov.br/02%20ingress/concurso/indice.htm)
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Educação e formação militar**. Regulamento da AMAN – R 70. Brasília – DF. 1998. Capturado em 09 de outubro de 2006. Disponível na Internet www.ensino.eb.br
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Revista Verde Oliva. **O Exército em revista**. Brasília – DF. 2005, nº 183.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Revista Verde Oliva. **O Exército em revista**. Brasília – DF. 2006, nº 187.
- CASTRO, C. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.
- CERVENY, C.M.de O., BERTHOUD, C. M.E. **Família e Ciclo Vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- CORNEAU, G. **Pai ausente filho carente**. O que aconteceu com os homens? 1ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- COSTA, J.F. **Ordem médica e norma familiar**. 4ª Edição. São Paulo: Graal, 1994.
- DORAIS, M. **O homem desamparado**: crises masculinas: compreendê-las para enfrentá-las. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1994.
- DEPUIS, J. **Em nome do pai**. Uma história da paternidade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

- DIAS, C.M.S.B. **A abordagem transgeracional ou intergeracional em terapia familiar**. Texto síntese para aulas no curso de Intervenções na Clínica da Família, no Mestrado de Psicologia Clínica, UNICAP, Recife, 2005.
- EIGUER, A. A parte maldita da herança. In EIGUER, A. (org.) **A transmissão do psiquismo entre gerações**: enfoque na teoria psicanalítica. São Paulo: Unimarco editora, 1998, p. 21 -84.
- FALCKE, D.; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In WAGNER, A (coord.)- **Como se perpetua a família?** Porto Alegre: Ed: PUCRS, 2005, p 25 – 45.
- FLECK, A.C., FALCKE, D.; HACKNER, I.T. Crescendo menino ou menina: a transmissão dos papéis de gênero na família. In WAGNER, A (coord.)- **Como se perpetua a família?** Porto Alegre: Ed: PUCRS, 2005, p.107-121.
- FREITAG-LORINGHOVEN, H.V. **O poder da personalidade na guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.
- GARCIA, S. M. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In ARILHA,M.,UNBEHAUM S.G.,MEDRADO, B.(orgs)- **Homens e masculinidades**: outras palavras.São Paulo: ECOS/Editora 34, 2001, p. 31 – 49.
- GOMES, R. As questões de gênero e o exercício da paternidade.In SILVEIRA, P. (org.) **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p.175 – 182.
- JABLONSKY, B. Identidade masculina e o exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos. In FÉRES CARNEIRO, T. (org.) – **Casal e família**: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: NAU, 1999, p 55 – 67.
- KANCYPER, L.**Confrontação de gerações**. Estudo psicanalítico.São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- KROM, M. **Família e mitos**. Prevenção e terapia: Resgatando histórias. São Paulo: Summus, 2000.
- MACHADO, L. Z. Masculinidades e violências: gênero e mal – estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M.R. (org) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p.35 – 74.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8ª ed. São Paulo: Ed. Editora Hucitec, 2004.
- MOTTA, J. **Formação do Oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar, 1810 -1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed. 1998.
- NOGUEIRA, J. F. **A filiação que se constrói**: o reconhecimento do afeto como valor jurídico. São Paulo: Memória Jurídica Editora, 2001.
- NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco. 1995.

- OLIVEIRA, P.P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Ed IUPERJ, 2004.
- PAPERIO, D.V. B. A teoria sobre os Sistemas Familiares de Bowen. In ELKAIM, M. (org.), **Panorama das terapias familiares**. São Paulo. Summus Editorial, 1998, Vol I, p. 61 -141.
- PARSEVAL, C. D. **A parte do pai**. São Paulo: L& PM, 1986.
- PINCUS, L.; DARE, C. **Psicodinâmica da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- PRADO, L.C. **Famílias e terapeutas, construindo caminhos**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1996, p. 97- 129.
- PRIEUR, B. Que recebemos da família? In PRIEUR (coord.) **As heranças familiares**. Coleção sistemas, famílias e terapias. Lisboa: CLIMEPSI, 1999, p.19 – 25.
- RAMIRES, V.R. **O exercício da paternidade hoje**.Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos**. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SILVEIRA, P. (Org.) **Exercício da paternidade**. São Paulo: Artes Médicas, 1998. Cap. I. p.27-39.
- SCHETTINI, F. L. **Conversa de pai**. Recife: Ed. Bagaço, 2005.
- THIS, B. **O pai: ato do nascimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- WOODWARD,K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T.da (org). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**.Petrópolis. RJ: Editora Vozes, 2000, p. 07 – 71.

ANEXO I

Roteiro da entrevista para o Filho militar

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Idade?
- 1.2. Quantos irmãos?
- 1.3. Qual a ordem do nascimento?
- 1.4. Posto militar?
- 1.5. Em que ano da AMAN encontra-se? Já decidiu sua arma?
- 1.6. Naturalidade?
- 1.7. Estado civil?

2. SITUAÇÃO ECONÔMICA

- 2.1. Exerce alguma atividade remunerada além da militar? Qual?
- 2.2. Recebe alguma ajuda financeira de seus pais?

3. RELAÇÕES FAMILIARES E A CARREIRA MILITAR

- 3.1. Como você chegou à decisão em ser militar? Acha que o fato de estudar (ou não) no Colégio Militar influenciou?
- 3.2. Em sua opinião, quais os fatores que influenciam na escolha pela carreira militar?
- 3.3. Quais são as principais dificuldades encontradas atualmente neste curso da AMAN? É mais fácil que na época da EsPCEX?
- 3.4. Você acha que mudou seu modo de ser depois que ingressou na vida militar?
- 3.5. Você acha que sua vida enquanto cadete é parecida com a de seu pai quando ele estudava na AMAN?
- 3.6. A dedicação à vida militar lhe trouxe alguns ganhos, quais?
- 3.7. Você acha que existe um perfil ideal para um jovem ser militar? Você acha que tem esse perfil? E o seu pai, tem?
- 3.8. Quando você for pai irá estimular seu filho a ser militar?
- 3.9. Quais são as suas preocupações em relação à vida militar?
- 3.10. Você acha que seus pais estão achando você diferente depois que você foi para AMAN?
- 3.11. O que pra você é fundamental na família do militar?
- 3.12. Gostaria de fazer mais algum comentário?

ANEXO II

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ – REITORIA ACADÊMICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE FAMÍLIA E INTERAÇÃO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Ter um filho oficial do Exército: uma delegação transgeracional?

Eu, _____, dou meu consentimento livre e esclarecido para minha participação como voluntário do projeto de pesquisa supracitado, sob a responsabilidade da pesquisadora Dr.^a Cristina Maria de Souza Brito Dias, professora da Universidade Católica de Pernambuco.

Assinado este Termo de Consentimento estou ciente de que:

- 1) O objetivo da pesquisa é analisar a influência do pai, oficial do Exército, na decisão do filho homem em seguir carreira militar.
- 2) Durante o estudo participarei de uma entrevista composta de questões relacionadas ao objetivo acima mencionado.
- 3) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação na referida pesquisa.
- 4) Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
- 5) Poderei contactar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, o qual encaminhará o procedimento necessário.

Recife, _____ de _____ de 2006.

Assinatura da Participante
Número do RG

ANEXO III

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEP - DEPA
COLÉGIO MILITAR DO RECIFE**

CARTA DE ACEITE

Declaro, para os devidos fins, que concordamos em disponibilizar a Seção Psicopedagógica desta Instituição, para o desenvolvimento de atividades referentes ao Projeto de Pesquisa intitulado *Ter um filho oficial do Exército: uma delegação transgeracional?* realizado pela Sr^a Silvana de Fátima Lima Molina e sob a responsabilidade da professora Cristina Maria de Souza Brito Dias, do departamento de Psicologia, da Universidade Católica de Pernambuco, pelo período de execução previsto no referido projeto.

Recife-PE, 02 de agosto de 2005.

FERNANDO TADEU STUDART GURGEL DA SILVA ROCHA – Ten Cel
Cmt e Dirt do Colégio Militar do Recife
CPF: 622.607.367-49



ANEXO IV

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ – REITORIA DE ENSINO E EXTENSÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE FAMÍLIA E INTERAÇÃO SOCIAL

CARTA - CONVITE

Caro Cadete _____,

Vimos, através deste documento, solicitar sua participação num projeto de pesquisa do Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Trata-se de um trabalho acadêmico, que tem como tema: *Ter um filho oficial do Exército: uma delegação transgeracional?* Nosso objetivo será analisar a influência exercida pelo pai, militar do Exército, na decisão do filho homem em seguir carreira militar, na perspectiva deste.

Portanto, convidamos você para uma entrevista contendo 16 (dezesesseis) questões sobre sua escolha profissional. São perguntas simples sobre o seu trajeto de escolha pela carreira militar, onde o seu relato será fundamental para conclusão dos nossos trabalhos.

Informamos ainda, que serão respeitados os princípios éticos de acordo com o Comitê de Ética desta Universidade.

Recife, ____ de _____ de 2006.

SILVANA DE FÁTIMA LIMA MOLINA
Mestranda em Psicologia Clínica

ANEXO V



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
COORDENAÇÃO DE PESQUISA**

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP
Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004

Recife, 01 de novembro de 2005

PARECER CEP N° 078/2005

O Comitê, em reunião do dia **28 de outubro de 2005**, considerou **APROVADO**, o projeto de número **CAAE-1135.0.000.096-05**, intitulado:

- **“TER UM FILHO OFICIAL DO EXÉRCITO: uma delegação transgeracional?”**,

que tem, como pesquisador(a) principal:

- **Prof(a) Dr(a) Cristina Maria de Souza Brito Dias (PSICOLOGIA)**

RESUMO DO PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuenberg para experimentação humana.

Valemo-nos da oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar a UNICAP/PROPESP, indique o número do processo já referenciado.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos
*Presidente
Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAP*

Profa. Dra. Arminda Saconi Messias
Coordenadora de Pesquisa

ANEXO VI

ENTREVISTA COM O CADETE Nº 07

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 *Idade:* 21 anos

1.2 *Quantos irmãos?* 02 irmãos. Um irmão e uma irmã. (Irmão mais velho também é militar do Exército e serve em São Paulo). Todos os homens da família são militares do Exército.

1.3 *Qual a ordem do nascimento?* 2º filho (homem, homem e mulher).

1.4 *Posto militar?* Cadete

1.5 *Em que ano da AMAN encontra-se?* 3º ano. *Já decidiu sua arma?* Cavalaria. Eu sempre quis desde pequeno, sempre gostei de cavalos.

1.6 *Qual a arma de seu pai e avô?* Artilharia...meu pai, avô e irmão...

1.7 *Naturalidade?* Fortaleza.

1.8 *Estado civil?* Solteiro

II – SITUAÇÃO ECONÔMICA

2.1 *Exerce alguma atividade remunerada além da militar? Qual?* Não.

2.2 *Recebe alguma ajuda financeira de seus pais?* As vezes....se eu precisar ele envia pra mim...

III – RELAÇÕES FAMILIARES E CARREIRA MILITAR

3.1 *Como você chegou à decisão em ser militar? Acha que o fato de estudar (ou não) no Colégio Militar influenciou?*

Eu...desde....é....meu pai e meu avô são militares, né? então desde pequeno, eu fui criado ali...observando meu pai e meu avô, eu sempre me identifiquei muito, gostei...achava legal a profissão do meu pai, então...eu decidi...já gostava desde pequeno...e aí eu decidi.... *Acha que o fato de estudar no Colégio Militar influenciou?* Acho que sim....estudei por sete anos...e até porque, na minha época tinha a facilidade pra quem era de colégio militar, tinha aquela vaga separada ...pra aluno do colégio militar....então eu acho que influenciou....

3.2 *Na sua opinião, quais os fatores que interferem na escolha pela carreira militar?*

Pra a decisão? *Sim....o que interferiu pra você chegar a decisão?* eu...acho uma carreira muito bonita, a carreira de militar...porque eu sempre vi meu pai ali....são valores que a gente cultua aqui dentro que... não tem mais lá fora na sociedade....então...é uma carreira bem diferente das outras, né? tem um amadurecimento muito grande pra quem ta aqui dentro da AMAN, por exemplo... a gente já é independente, quase, né? entre aspas...já...experimenta

coisas novas...vive em coletividade, então a carreira é bem diferente...eu sempre gostei que eu via, meu pai, meu irmão mais velho...então um fator importante é o gostar....*Você ta me falando que o “gostar” foi decisivo?* Sim....com certeza...tem que ser....acima de tudo tem que gostar...porque quem não gosta de tá aqui...acaba não levando até o final....

3.3 Quais são as principais dificuldades encontradas atualmente neste curso da AMAN ?

Bom...primeiramente a gente sai ali de casa, né? Perde a proteção ali dos pais...e sente um pouco de saudades, no início....quando vai pra EsPCEEx...a gente deixa a família longe né? então tem que aprender a se virar sozinho depois que a gente sai de casa...então essa é a principal dificuldade....e a facilidade é porque você conhece pessoas de todo o Brasil, tem vários amigos aqui que viraram irmãos, é uma segunda família que a gente ganha.... *É mais fácil que na época da EsPCEEx?* A AMAN? *Sim...*A EsPCEEx tem uma dificuldade que é o do primeiro baque... que é quando a gente sai de casa....quando a gente primeiro vai pra EsPCEEx....mas aqui eu acho muito mais rígido que na EsPCEEx ...porque na EsPCEEx a gente tá se adaptando do meio civil pra o meio militar....aqui não tem mais essa adaptação....aqui a gente já é militar...aqui é mais rígida, aqui é um pouco diferente da EsPCEEx nesse sentido de que, você não tem mais adaptação, você já passou uma ano na EsPCEEx, então já sabe muita coisa....é diferente da EsPCEEx que você vem sem saber nada e vai pra lá... aprender....

3.4 Você acha que mudou seu modo de ser depois que ingressou na vida militar?

Eu acho que...eu amadureci um pouco...né? a gente é obrigado a tomar várias decisões sozinho....você não pode mais ficar perguntando pro seu pai o que.. que ele acha toda hora, que tem vezes que você não vai ter tempo pra ligar pro seu pai pra perguntar....então você...é obrigado a tomar certas decisões que antes você perguntaria pro seu pai e agora vai ter tomar sozinho...então você amadurece muito ...acho muito importante....

3.5 Você acha que sua vida enquanto cadete é parecida com a de seu pai quando ele estudava na AMAN?

Acho que é....quando conto os fatos daqui da Academia pro meu pai, ele fica rindo até... “nossa não mudou nada” ...então eu acho que...guardada as devidas proporções, né? acho que é parecida com a minha vida de cadete....

3.6 A dedicação a vida militar lhe trouxe alguns ganhos, quais?

Bom...a academia, a senhora sabe, ela exige dedicação....então o cara que ...por exemplo se prepara, engraxa seu coturno, passa sua farda, ele vai pra parada diária e ganha F.O (fato observado) positivo e tem até recompensa...então o cara que não se prepara ele é anotado e ganha F.O negativo, então tudo na academia é assim...o cara que se dedica ele tem a sua recompensa, e o cara que não se dedica, ele...não tem sua recompensa...então eu acho assim....são essas coisas assim...que eu acho que a academia já me deu em troca pela dedicação....por exemplo, eu sou atleta de natação, e...não tiro serviço final de semana, algumas coisas assim que academia me dá em troca pela dedicação....

3.7 Você acha que existe um perfil ideal para um jovem ser militar? Você acha que tem esse perfil? E o seu pai,tem?

Um perfil ideal não...mas tem aquele...um militar, o que se espera dele é que ele seja um cara correto, um cara que...não falte com a verdade...então existe certas virtudes que ...a gente

cultua aqui na AMAN que realmente... faz parte do militar pra que a gente seja e continue sendo bem visto na sociedade... *Você acha que tem essas virtudes?* Eu acho que sim...acho ser um cara honesto, ter uma certa postura, são certas virtudes que...não pode faltar ao militar... *E o seu pai,tem?* Com certeza!

3.8 *Quando você for pai irá estimular seu filho a ser militar?*

Olhe...rsrs...eu acho a carreira militar muito bonita, como eu disse pra a senhora, muito bacana...eu vou estimular ele, mas se ele não quiser, de forma alguma vou forçar ele a ser...é como meu pai falou... acho que é exatamente...mostrando pra ele, não é estimular, mas mostrar pra ele como é a carreira ...o que faz um militar e aí ele toma suas decisões quando ele já tiver a cabeça dele...

3.9 *Quais são as suas preocupações em relação à vida militar?*

Minhas preocupações...bom...aqui na AMAN é dar uma melhorada na classificação...se Deus quiser eu me formo o ano que vem...e ...aprender sempre mais pra poder ser um bom militar, né? porque o militar em si exige muito conhecimento, né? a gente vai liderar homens, né? então...quanto mais conhecimento eu tiver, eu vou tá preparado pra poder ensinar meus subordinados...

3.10 *Você acha que seus pais estão achando você diferente depois que você foi para AMAN?*

Tá.....minha mãe mesmo falou que eu amadureci bastante, mas ela...é coisa de mãe...que continua sendo “meu menino, meu num sei o que”...mas eu acho que eles devem ter sentido uma certa mudança...

3.11 *O que pra você é fundamental na família do militar para que ele se desenvolva na profissão?*

A família tem que ta sempre apoiando, meu pai e minha mãe sempre me deu muita força ali...então acho que...sem a família a gente não é nada, quando precisa de alguma coisa, quando tiver alguma dúvida, principalmente que meu pai é militar...eu ligo pra ele...então a família é de fundamental importância o crescimento na carreira...principalmente meu pai, quando eu tenho alguma dúvida eu ligo pra ele, e pergunto pra ele, né? *Ele está na reserva ou ativa?* Tá..na ativa...ele servi em Brasília...então a família tem total importância no crescimento, na carreira...eu tiro isso pelo meu pai...porque quando eu tenho alguma dúvida eu ligo pra ele , né? pra ele me orientar...*E como foi a escolha da arma? Você escolheu cavalaria e o seu pai, avô e irmão são de artilharia....pode me falar um pouco disso?* A escolha de arma? Tá perguntando o que eles acharam? *Sim...é...minha família toda é de artilharia...*, mas meu pai nunca me pressionou a nada, ele falou: “meu filho a carreira é sua, vá pra arma que você gostar mais...e tal...que você se identificar mais” e eu falei no dia da escolha de arma: “ Pai, eu acho que vou pra cavalaria...” e no dia seguinte eu falei: “pai eu fui pra cavalaria” e então ele disse: “Fez uma escolha excelente... meu filho, cavalaria é uma ótima arma...você vai ser muito feliz na arma...”

3.12 *Você gostaria de fazer mais algum comentário, completar com alguma informação?*

Não....não...